



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 05 2014	15h40	42ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 42ª
(QUADRAGÉSIMA SEGUNDA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
EM 20 DE MAIO DE 2014.**

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Alírio Neto a secretariar os trabalhos da Mesa. Convido os Srs. Parlamentares a se dirigirem ao plenário para que possamos dar início aos Comunicados de Líderes e de Parlamentares.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – O Expediente lido vai à publicação.

Há 6 Parlamentares presentes.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Robério Negreiros. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel Batista. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 05 2014	15h40	42ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

Concedo a palavra à Deputada Eliana Pedrosa. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Liliane Roriz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Alírio Neto. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Joe Valle. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Paulo Roriz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Cristiano Araújo. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Olair Francisco.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO (PTdoB. Como Líder. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, antes de eu chegar à tribuna, o Deputado Chico Vigilante disse: “Fale do G5”. Eu vou falar, Deputado. É bom V.Exa. ouvir bem, porque, Deputado Alírio Neto, Deputado Agaciel Maia, nós sabemos que o G5 tem quatro partidos hoje e que está praticamente, nas eleições proporcionais para Deputado Distrital, muito bem encaminhado. Numa reunião ontem com os partidos políticos da base, o nosso Presidente do PTdoB, Paco Britto, disse que a eleição para Deputado Distrital está encaminhada ao PTdoB e ao PHS, o que é verdade. Mas essa composição de partidos aliados da base, Deputado Chico Vigilante, não quer dizer que está concluída nas lideranças do PT e do PMDB, porque o G5 não está sendo ouvido. O G5 não vai entrar por *W.O.*, dizer que está tudo bem, porque não está tudo bem. Eu já falei para V.Exa., na semana passada, que é fundamental os organizadores das lideranças do PT e do PMDB conversarem com os partidos aliados, porque, se não conversarem, vão perder partidos. Hoje, na inauguração da passarela no Riacho Fundo, Núcleo Bandeirante, em frente à UPA, eu perguntei ao Roberto Wagner quantos partidos ele está achando que vai perder nessa composição. Ele acha que está tudo bem, que está tudo pacificado, Deputado Alírio Neto. O Roberto Wagner, Secretário de Governo que cuida dos partidos, acha que está tudo maravilhoso. Os partidos estão todos maravilhosos, Deputada Arlete Sampaio. O PT, o PMDB e o PTdoB estão muito bem organizados. Esses partidos estão organizados, sim. Têm seus candidatos a Deputado Distrital, têm seus candidatos à Deputado Federal. Os partidos que estão com o G5 querem a vaga do Senado. Vão colocar um nome no momento adequado, igual ao PT já colocou. E nós queremos ficar nessa coligação liderada pelo PT e pelo PMDB, mas se conversarem com os nossos partidos. Uma composição tem muita coisa. Precisamos discutir o que vamos fazer nos próximos quatro anos. Será que a política que o PT quer é a mesma que queremos? Será que o que nós entendemos de bom, que o G5 entende de bom e quer colocar em um plano de governo... Será que a nossa vontade vai ser alcançada por esses dois partidos que lideram a composição? Tem-se que se falar sobre isso! Aí, vem esse líder que cuida dos partidos políticos achando que está tudo bem, mas não está nada bem, não, Deputado Chico Vigilante. Queremos ficar nessa coligação liderada pelo PT e pelo PMDB. Por quê? Porque – eu, principalmente, defendo muito isto –, nesses quatro anos, esses partidos que V.Exa. disse que foram a junção que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 05 2014	15h40	42ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

ajudou Brasília fizeram muita coisa positiva, e nós entendemos que há muito mais para fazer. Entendemos também que esses partidos liderados pelo G5 têm projetos também essenciais, os quais queremos colocar na plataforma de governo para 2015-2019. Se a nossa vontade de fazer política pública, se a nossa vontade de fazer a diferença não for acatada, vamos ter que procurar alguém que acate nossos pensamentos também para ajudar Brasília, porque não queremos apenas fazer política legislativa, ter um representante aqui na Câmara Legislativa, um representante na Câmara dos Deputados e um representante lá no Senado. Não é isso, não. Queremos também ter política pública que possa fazer a diferença para o cidadão comum, nobre Deputado Chico Vigilante.

Para concluir, venho aqui também fazer um pedido a V.Exa. Vou pedir a V.Exa. que oriente o nosso Cerimonial, para que todos os eventos que acontecerem dentro da Câmara Legislativa sejam colocados na agenda.

No dia de ontem, Presidente, estávamos aqui fazendo uma sessão com os contadores e, ao mesmo tempo, estava acontecendo a posse de várias agremiações estudantis aqui ao lado, no nosso auditório. Isso não estava na agenda da Casa. Eu vim do movimento estudantil. Comecei minha vida pública como líder estudantil, como presidente de grêmio estudantil, e não tive o privilégio de ir lá levar o meu abraço, de ir lá levar a minha vontade, a determinação que temos também para questões sobre o ensino do Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – O próprio Presidente não sabia, Deputado. Fui autor da lei que criou os grêmios.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO – É lamentável um fato desses acontecer e a gente não ficar sabendo. Portanto, eu queria lhe fazer um pedido público: que V.Exa. determine que todos os eventos que aconteçam dentro da Câmara Legislativa estejam na agenda.

Eu gostaria, Sr. Presidente, de mais um minuto, porque tenho que pedir desculpas publicamente à secretária lá do meu gabinete que cuida da agenda. Como o evento não estava na agenda, fui dar um arrocho nela. Eu disse que não tinha cabimento ela, que só cuida da agenda, não ter agendado o que aconteceu dentro da Câmara. Mas quem errou fui eu, e tenho que pedir desculpas publicamente a ela. Não tenho dificuldade nenhuma de fazer isso, porque a Delzire é uma pessoa nota 10. Então, peço a V.Exa. que determine isso, para que essa situação não aconteça mais.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputado Olair Francisco.

Concedo a palavra à Deputada Arlete Sampaio.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Como Líder do Governo. Sem revisão da oradora.) – Boa tarde a todos e a todas. Tenho dito aqui, todas as vezes em que o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 05 2014	15h40	42ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

G5 se pronuncia, que deve haver um espaço adequado para esse debate ser feito. Mas hoje devo, de público, reconhecer que eles têm razão do ponto de vista de que as pessoas que tratam da composição da aliança que vai apoiar a candidatura do Governador Agnelo Queiroz e do Vice, Tadeu Filippelli, devem ter, digamos assim, o compromisso imediato de fazer contato com todos os partidos que estão hoje na base do governo, na base de apoio ao Governador, para que, imediatamente, possam compor, de fato, a aliança de maneira plena e tranquila, tendo discutido aquilo que se julga importante ser discutido.

Da mesma forma, acho importante também que os partidos possam já definir as pessoas que vão contribuir com a elaboração do programa de governo, para que elas participem das reuniões que vão elaborar o programa de governo do Governador Agnelo Queiroz e do Vice, Tadeu Filippelli. Acho isso muito importante. Vamos passar essa informação ao Governador e pedir que, de fato, haja uma pessoa responsável para fazer contato com os partidos políticos e ouvir deles as suas reivindicações e as pessoas que os representarão na composição do programa de governo do Governador Agnelo Queiroz.

Depois, Sr. Presidente, eu queria aqui fazer um pedido a todos. Tivemos agora o Colégio de Líderes e lá pedimos que hoje possam ser votados, extrapauta, a Pelo nº 57, de 2013; o PLC nº 86, de 2014, e o PLC nº 87, de 2014. Que possamos também votar, no dia de hoje, o PLC nº 93, de 2014, que demanda, exclusivamente, um parecer da CCJ. Como ela não teve *quorum* hoje para se reunir, o Presidente, Deputado Chico Leite, se dispôs a fazer o parecer aqui, em plenário, visto que as comissões de mérito já se pronunciaram a respeito, como é o caso da CAF, que é a comissão de mérito nesse caso.

Por fim, reitero uma solicitação feita no Colégio de Líderes: acabou de ser protocolado um projeto de lei de extrema importância, que permite à CEB conquistar empréstimo da ordem de 240 milhões de reais, para reforçar todos os investimentos que tem feito no sentido de recuperar o fornecimento de energia em todo o Distrito Federal. É um projeto simples. Estão aqui diretores da CEB e pessoas da Secretaria de Planejamento e Orçamento, que poderão tirar qualquer dúvida em relação a esse projeto. O nosso pedido é que tanto a CEOF quanto a CCJ possam dar seus pareceres em plenário, para que possamos votar e agilizar os procedimentos da CEB, tendo em vista que teremos um ano eleitoral com dificuldades, no momento seguinte, de fazer esse tipo de operação.

Faço, então, ao Sr. Presidente estes pedidos: incluir o projeto da CEB, o PLC nº 93, de 2014, e os três outros projetos já citados – Pelo nº 57, PLC nº 86 e PLC nº 87 – na extrapauta do dia de hoje.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Muito obrigado, Deputada Arlete Sampaio. Logo mais, daremos o entendimento desta Mesa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 05 2014	15h40	42ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

Solicito à Deputada Arlete Sampaio que nos auxilie aqui e faça a leitura do expediente sobre a mesa e solicito a abertura das portas da galeria, para o recebimento da comunidade que vem acompanhar as deliberações da Casa.

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje foi lido um projeto de lei de autoria minha e de V.Exa. – ambos somos economistas –, que dispõe sobre a obrigatoriedade de se avaliar os impactos das políticas públicas no Distrito Federal, Deputado Alírio Neto.

Na atual legislatura, a Câmara Legislativa do Distrito Federal conta com Parlamentares que representam diversas categorias profissionais. Temos servidores públicos, professores, advogados, administradores, médicos, empresários, delegados, economistas e outras profissões.

Eu e o Presidente da Casa, Deputado Wasny de Roure, somos economistas e nos sentimos com o dever de apresentar um projeto de lei, protocolado e lido hoje na Câmara Legislativa, que pudesse conciliar a contribuição dos economistas com a transparência no gerenciamento dos recursos públicos.

O projeto de lei trata da obrigatoriedade da avaliação dos impactos das políticas fiscais, tributárias e creditícias do Governo do Distrito Federal quando concedem ou ampliam incentivos ou benefícios a setores da atividade econômica que impliquem em renúncia das receitas ou aumento das despesas. As estimativas das renúncias tributárias e creditícias, de acordo com a Lei Orçamentária, são da ordem de 2,7 bilhões de reais para o ano de 2014. O nosso projeto de lei pretende responder a questões importantes para o gerenciamento dos recursos e a transparência das políticas públicas. Eu poderia citar várias questões que esse projeto pretende responder. Apenas para ilustrar, posso citar os seguintes questionamentos que esse projeto, com certeza, ajudará a esclarecer: qual o efeito das renúncias no desenvolvimento econômico do Distrito Federal? Estão sendo criados empregos com essa política? Quantos empregos? Em quais setores da atividade econômica? Quais são os ganhos dos cidadãos de Brasília com a política implantada? Existem ganhos para o Governo do Distrito Federal ao adotar essas políticas?

A ciência econômica, Sras. e Srs. Deputados, tem plena capacidade de responder a todas essas questões e a outras que são essenciais para realizar a gestão de recursos públicos com transparência e responsabilidade fiscal. A formação do economista reúne as ciências humanas e as ciências exatas. Com as ciências humanas investigamos o comportamento racional dos consumidores, das empresas e a função do governo na economia. Com as ciências exatas construímos modelos simplificados do mundo econômico para fazermos as nossas investigações e análises para dimensionarmos os impactos das políticas econômicas no Governo do Distrito Federal.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 05 2014	15h40	42ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

O projeto de lei de nossa autoria, do Deputado Agaciel Maia e do Deputado Wasny de Roure é um marco na legislação local e nacional, por aferir os impactos das políticas públicas implantadas no desenvolvimento econômico regional, bem como por fornecer elementos para a melhoria da qualidade dos gastos públicos em políticas que tenham melhor relação custo/benefício, com maior retorno econômico e social para os cidadãos do Distrito Federal.

No caso específico de Brasília, o alcance deste projeto de lei é ainda maior, em relação aos demais estados da Federação, pois o setor público tem participação expressiva – 54,41% – na economia do Distrito Federal, de acordo com levantamento realizado pela Codeplan.

Por esses motivos, Sras. e Srs. Deputados e Sr. Presidente, conclamo o apoio de todos os Parlamentares para aprovarmos, o mais rápido possível, o presente projeto de lei.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Deputado Agaciel Maia, obrigado.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pela Sra. Secretária.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – O Expediente lido vai à publicação.

Neste momento, concedo a palavra ao Deputado Joe Valle.

DEPUTADO JOE VALLE (PDT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, boa tarde. Boa tarde a todos. Hoje, venho a esta tribuna para tratar de três assuntos em cinco minutos.

Primeiro, eu fiquei extremamente surpreso e satisfeito com uma visita que fiz. Quase todos os dias eu estou visitando uma escola e um parque. Educação e meio ambiente são dois temas que tenho trabalhado muito fortemente por entender ser a educação o único caminho para revolucionar todo o processo e o meio ambiente a sustentabilidade que precisamos para continuarmos sobrevivendo nas cidades. Hoje, fui a uma escola em Taguatinga e fiquei extremamente bem impressionado. Uma escola muito moderna. Quando entramos, pensamos se tratar de uma escola privada, mas é uma escola pública. Essa escola conta com professores muito apaixonados pelo que fazem. Sem dúvida nenhuma, essa escola irá gerar cidadãos de boa qualidade. Essa escola tem dez horas de ensino e quatro refeições, mostrando que, quando se tem vontade e as pessoas adequadas, nós conseguimos realizar boas políticas.

De lá saí e fui a um parque, o Parque do Areal. Do parque eu já não posso falar a mesma coisa. Realmente, algumas modificações foram feitas, mas há muitos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 05 2014	15h40	42ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

problemas nas cercanias com a população, mostrando que não foi realizado um trabalho de educação em volta do parque. Então, o parque não tem uma relação de pertencimento da comunidade. Foram feitas algumas inaugurações de obras dentro do parque, mas sem plano de manejo. Mais uma vez, eu gostaria de registrar desta tribuna o descontentamento com todos os processos relacionados à compensação ambiental que está sendo utilizada nos parques desta cidade, pela transparência, pela forma como estão sendo utilizados e pela falta de plano de manejo. Eu imagino que esse seja um processo que não vá levar a lugar nenhum, quando você faz um plano de curto prazo para um parque que irá ficar um longo prazo na vida das pessoas que estão ali ao lado. Esse foi o meu segundo assunto.

Sr. Presidente, o terceiro assunto tem muito a ver com V.Exa., que é um homem que tem bastante sensibilidade em relação à ciência e tecnologia nesta cidade. As políticas públicas de boa qualidade precisam ter continuidade. Então, vemos em relação à ciência e tecnologia que as políticas precisam ser de longo prazo. Nós precisamos ter continuidade, nós precisamos ter pessoas sérias nesses espaços, porque uma cidade que não investe em ciência, tecnologia e inovação é uma cidade sem futuro. Quero dizer que sinto muito esse processo de mudança na Fundação de Apoio à Pesquisa, mesmo não sendo uma pessoa que não tem absolutamente nada a ver comigo, eu nem o conhecia, mas a população de cientistas do Distrito Federal ficou muito tranquila na gestão dessa pessoa que agora se encerra, caracterizando talvez o quarto ou quinto gestor da Fundação de Apoio à Pesquisa aqui no Distrito Federal. A partir de uma ruptura, isso leva a se rasgar dinheiro público em um espaço que é impossível de não se ter continuidade, que é o espaço da pesquisa, da ciência e da inovação aqui no Distrito Federal. Então, quero deixar o meu repúdio a esse processo. E que consigamos, de alguma forma, blindar alguns cargos importantes para o desenvolvimento do Distrito Federal no longo prazo.

Sr. Presidente, era isso que eu tinha para colocar. Espero que consigamos ter juízo e consigamos fazer política de longo prazo para esse curtíssimo prazo da política, que são os quatro anos mandatários.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Deputado Joe Valle, obrigado.

Neste momento, registro a presença de estudantes e professores do Centro Educacional nº 2 do Guará que estão participando do projeto Jovem Cidadão, como parte do programa Conhecendo o Parlamento, sob a coordenação da Escola do Legislativo. Através dos estudantes, cumprimento todos os professores aqui presentes na Casa.

Concedo a palavra ao Deputado Alírio Neto.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 05 2014	15h40	42ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

DEPUTADO ALÍRIO NETO (PEN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, galeria, cidadãos aqui presentes, na verdade, subo a esta tribuna para falar novamente sobre políticas públicas. A grande preocupação que eu vejo hoje na sociedade em relação ao mundo político é exatamente o distanciamento que há entre a política praticada e a necessidade da população na ponta. Há um universo quase oceânico entre a realidade vivida pelo mundo político e a necessidade da população que, no dia a dia, busca os serviços públicos. E o grande compromisso que nós pessoas públicas que pretendemos estar na vida pública temos é de encontrar um mecanismo que nos permita realizar a satisfação dessa necessidade da população. A verdade tem que ser dita. Hoje, o descrédito da política brasileira passa muito pela ausência de compromisso com realizações para a população daquilo de que ela mais necessita. E os mecanismos que nós pessoas públicas acabamos criando para defender a sociedade, que são inclusive legislações que dificultam a execução dos serviços públicos, na verdade, tinham o objetivo de conter o processo histórico de corrupção que há no nosso país. De fato, hoje, o que há são dificuldades de execução dos serviços pelo excesso de legislação e processo burocrático do Estado, que nos impede muitas vezes de realizar o que a população deseja, do que ela precisa. Ao mesmo tempo, essa legislação que veio em busca de conter o processo de corrupção no nosso país não consegue conter o que mais se precisa conter neste país, que é a corrupção; ao mesmo tempo, não se realizam as obras. A verdade é que, hoje, a população brasileira tem muito a reclamar do mundo político exatamente por falta de gestão para satisfação da sua necessidade. Volto a insistir: o grande desafio é exatamente essa discussão. Aí, Deputado Olair Francisco, comecei falando isso para dizer que V.Exa. está coberto de razão. O processo de discussão de formação da nossa provável coalizão e de partidos para o próximo governo, na minha visão, já começou errado. Eu deixei isso bem claro, porque ele não pode ser só de satisfação eleitoral. Ele tem que ser, sim, de satisfação da população de Brasília, que é para quem nós trabalhamos, quem paga os nossos salários. Não se pode desenhar uma composição que não tenha o compromisso de melhorar o serviço para esta cidade, que não tenha o compromisso de realizar o que a população precisa.

Então, quando se começa um processo de reunião para se formar uma coligação para disputar o governo em que nós não vemos essa discussão, eu sou obrigado a concordar com V.Exa. Talvez pela forma de iniciar este debate, como foi colocado por V.Exa., talvez pelos mecanismos que foram conduzidos até agora, pela forma como foi composta provavelmente a base do governo, não se tenha percebido essa necessidade. É muito fácil imaginarmos que se possa cooptar apoio político única e exclusivamente com espaço político e cargos comissionados. De fato, não deixa de ser interessante espaço político e cargos comissionados. Seria uma grande mentira da minha parte falar que não é interessante. É interessante, sim, mas cargos políticos e espaços políticos são para realizar o que a população precisa. Se eles não realizarem políticas públicas que satisfaçam a população, nós estaremos fracassando



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 05 2014	15h40	42ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

e teremos que reconhecer isso e achar mecanismos para corrigir esse tipo de defeito que a população não aguenta mais.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO ALÍRIO NETO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO (PTdoB. Sem revisão do orador.) – Deputado Alírio Neto, é muito importante sabermos o que vamos pregar para os próximos cinco anos. É isso o que o G5 quer. Nós vamos levar o desenvolvimento para a ala norte? Vamos ampliar o Metrô até a quadra mil, na Samambaia? Vamos levar o Metrô de Ceilândia até o Setor O? Nós vamos trazer o desenvolvimento que a população espera? Vamos concluir as 112 creches promovidas pelo governo? Porque isso é essencial para levar à comunidade. Aí, as pessoas não querem discutir política. Estão pensando que queremos discutir apenas composição partidária. Não é isso. O G5, no meu entendimento, está pensando muito maior. Ele está pensando em ver a política pública que vamos apresentar à comunidade. O que vamos fazer com os nossos jovens? O Jovem Candango, que foi aprovado aqui na Câmara Legislativa, vai entrar em ação ou não vai? Porque a comunidade quer saber. O jovem estudante, como vamos fazer para colocá-lo no mercado de trabalho? Temos de ter políticas públicas avançadas para isso. Porque senão, meu amigo, o bolsão, o jovem, o desempregado, as pessoas que precisam de uma política clara ficam a ver navios. E como é que vamos debater isso? É por isso que temos de discutir política também.

DEPUTADO ALÍRIO NETO – O pronunciamento de V.Exa. vai ao encontro do que eu estou falando aqui.

E aí o segundo passo. Além da distância da elite ou do processo político hoje existente no País da realidade e da necessidade da população, temos também uma distância muito grande da elite brasileira, principalmente da classe B e A, da realidade da população mais carente. Muitas pessoas não sabem o que está acontecendo lá na ponta, por exemplo, em Água Quente e Sol Nascente; não sabem o que está acontecendo em Mestre d'Armas, em Planaltina; não sabem da necessidade daquela população que precisa de uma coisa muito simples, como infraestrutura, saneamento básico, esgoto, água em suas casas, e ficam em uma redoma próxima ao poder, satisfazendo a elite do poder, a elite política, sem saber da necessidade que está lá na ponta. O nosso compromisso como pessoas públicas, além, obviamente, de fazer políticas públicas que venham satisfazer a todo o Estado, a todo o governo, a toda a sociedade, é também esclarecer essa elite, mostrar de alguma forma que aquelas pessoas que estão lá na ponta, pessoas simples, merecem o respeito de todo o Estado, de todo o governo. Elas merecem ter as suas necessidades básicas, no mínimo, realizadas, como educação, infraestrutura, segurança e saúde pública. Esse é o compromisso mínimo que teríamos de ter com a população mais carente.

Muito obrigado.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 05 2014	15h40	42ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputado Alírio Neto.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante, último inscrito nos Comunicados de Líderes.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (Bloco Parlamentar PT/PRB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, está acontecendo hoje em todo o território nacional o 20º Grito da Terra Brasil. É um movimento organizado pela CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura e por todos os sindicatos e federações filiados a ela. Esse importante movimento se dá no dia de hoje. Em todos os anos anteriores, Deputado Chico Leite, eles haviam se deslocado para o Distrito Federal. Dessa vez, a Contag está realizando esse movimento descentralizadamente. O que está acontecendo é o 20º Grito, mas, no Distrito Federal, Deputada Arlete Sampaio, é o primeiro Grito da Terra Brasil.

Eu participei hoje pela manhã, em frente à Terracap, da concentração dos trabalhadores e produtores rurais do Distrito Federal, nesse importante evento promovido pela federação dos trabalhadores e pequenos produtores da agricultura familiar aqui do Distrito Federal, bem como pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Distrito Federal. Pude dirigir a palavra àqueles trabalhadores e levar o nosso apoio da bancada do Partido dos Trabalhadores e do PRB, Deputado Evandro Garla, a essa importante luta da reforma agrária no Brasil.

Ontem à noite eu consegui uma audiência com o Governador Agnelo, que recebeu a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Agricultura – CONTAG, a Federação e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Distrito Federal. Foi uma audiência importantíssima a que os trabalhadores puderam levar o seu pleito e em que o Governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz, assegurou mais uma vez o compromisso que S.Exa. tem com a reforma agrária no Distrito Federal. Muita gente achava que era impossível fazer reforma agrária no Distrito Federal, e a verdade é que o Governo do Distrito Federal, liderado pelo nosso companheiro Agnelo Queiroz, está demonstrando claramente que é possível fazer reforma agrária aqui. Já há alguns assentamentos legalizados aqui, outros estão em fase de legalização. O Governador ontem, mais uma vez, ratificou o seu compromisso com a reforma agrária no Distrito Federal.

DEPUTADO BENEDITO DOMINGOS – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO BENEDITO DOMINGOS (PP. Sem revisão do orador.) – Sr. Deputado, V.Exa. está defendendo uma das teses mais importantes para o Distrito Federal, para o Brasil, pois, por muito que a ciência se multiplique, que se façam invenções como a internet, que se coloque satélite no ar, que a tecnologia se desenvolva de maneira tão extraordinária, isso não satisfaz, porque ninguém vive de parafuso ou tecnologia. A nossa vida depende de alimento, e esse vem da terra. Se



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 05 2014	15h40	42ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

não se plantasse na terra para produzir alimentos, como viveria a humanidade? Às vezes, preocupam-se muito em dar incentivos a setores como a industrialização, a tecnologia – que são necessários, e é justo, porque temos de acompanhar –, mas esquecem-se de que, desde o mais humilde ao mais rico, se não houver alimento à mesa, não subsistem. Alimento não se fabrica, alimento se produz com trabalho, com a terra, pois ela é a fonte produtora de toda a alimentação, essa cadeia de que nós necessitamos.

Felicitó V.Exa. pelo pronunciamento dizendo que não podemos nunca deixar de dar apoio e reconhecimento àqueles que, na sua simplicidade, às vezes com uma simples enxada na mão, produzem alimento para tirar a fome de milhares de pessoas no nosso Brasil.

Parabéns, Deputado!

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Agradeço o aparte do Deputado Benedito Domingos e o incorporo ao meu pronunciamento.

Mais uma vez, quero parabenizar o Governador Agnelo pela importante audiência concedida ontem à Federação dos Trabalhadores da Agricultura, à Contag e ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Distrito Federal. Saí dali com a certeza do compromisso que o Governador tem com os pequenos e médios produtores do Distrito Federal.

Presidente Deputado Wasny de Roure, peço mais um minuto a V.Exa. para registrar outro fato: uma reunião que tive ontem com o Comandante-Geral da Polícia Militar do Distrito Federal, Coronel Anderson Carlos, com o Comandante do Batalhão Rural da Polícia Militar do Distrito Federal, no Incra 9, e com a Associação de Produtores Rurais – todas as associações de Ceilândia e Brazlândia – para discutirmos a questão da violência no campo, no Distrito Federal, praticada por marginais. Eles estão assaltando, roubando e matando esses trabalhadores, esses produtores. Saímos de lá com o firme compromisso da Polícia Militar de combater para valer essa violência que é praticada contra os produtores rurais da região de Ceilândia e Brazlândia, no Distrito Federal.

Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputado Chico Vigilante.

Encerrados os Comunicados de Líderes, passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Nós temos aqui os seguintes Parlamentares inscritos para falar: Deputado Wellington Luiz, Deputado Dr. Michel e Deputada Liliane Roriz, que está chegando.

Peço o máximo de brevidade, já há *quorum* e a população do Buritis já chegou. Há um clamor do Deputado Dr. Michel. É o PLC, Deputado Dr. Michel, que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 05 2014	15h40	42ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

foi acordado para ser votado. Quero pedir o máximo de colaboração dos colegas para que entremos na pauta da Ordem do Dia.

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, obrigado. Boa tarde a todos os presentes. Sr. Presidente, eu quero chamar a atenção para um fato. Nós mal nos curamos da ressaca de um porre político pelo qual passamos há alguns dias em função – e perdoe-me dizer dessa forma – de uma lambança que foi feita por setores do governo, que caiu no nosso colo, por conta de acordos mal feitos com a categoria... Eu me refiro ao caso da carreira socioeducativa. E agora a gente passa a vivenciar isso com a carreira de apoio da Polícia Civil. Há acordos que foram feitos pela Secretaria de Administração e que não são cumpridos. E, pior, não existe sequer alguém para dar uma satisfação. Faz duas semanas que eu tento falar com o Secretário de Administração ou com a Secretária Adjunta, e eles sequer respondem as nossas ligações. Não estou ligando para lá para pedir cargo ou pedir favor, não. Estou ligando para exigir que seja cumprido o acordo feito com a carreira administrativa da Polícia Civil, que é fundamental na atividade policial. O delegado Alírio, o delegado Michel, o policial Cláudio, bem como os demais aqui sabem disso. É preciso parar com essa brincadeira de achar que compromisso é coisa que se faz para mentir para as pessoas. Compromisso é para ser cumprido. Eu tenho certeza de que é assim que pensa o Governador Agnelo. Não pode a Secretaria de Administração jogar, de novo, no colo desta Câmara, um problema que é do governo. Não pode. A categoria está aqui hoje de novo e veio pedir aos seus representantes – que são legítimos – para fazer valer o direito desses servidores. Os compromissos, Sr. Presidente, nos causam espanto. Há compromisso aqui, Deputado Alírio Neto, e o senhor conhece bem, que é apenas relativo à carteira funcional. Esses servidores não têm carteira funcional. Há funcionários com quem eu trabalhei há vinte anos na polícia que não têm uma identidade funcional. É uma vergonha para o governo, e não para eles.

DEPUTADO ALÍRIO NETO – Permite-me V.Exa. um aparte?

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Deputado, não há aparte nos Comunicados de Parlamentares, apenas nos de Líderes.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Quero pedir – já que esta Casa agora serve de amparo para a Secretaria de Administração, que cria os seus problemas para a gente resolver –, que a gente possa novamente resolver esse problema, antes que aconteça com essa categoria o que aconteceu com a carreira socioeducativa: tenham que se instalar dentro da Câmara para que o Executivo faça a sua parte.

Sejam bem-vindos, porque aqui é a Casa de vocês.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 05 2014	15h40	42ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputado Wellington Luiz.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO – Sr. Presidente, solicito questão de ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa. Registre qual é o artigo.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO (PTdoB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a minha questão de ordem é apenas para dizer ao Deputado Wellington Luiz que, infelizmente, às vezes, tem gente que dá a palavra pelo governo sem ter condições de assumi-la. O que V.Exa. quiser aqui na Câmara, referente ao problema dos policiais civis que ora V.Exa. vem trazer, pode contar comigo, que estou à sua disposição.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputado Olair Francisco.

DEPUTADO ALÍRIO NETO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ALÍRIO NETO (PEN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é apenas uma sugestão. Aproveitando a questão de ordem em relação ao pronunciamento do Deputado Wellington Luiz, esta Casa deveria formar uma comissão para que a gente pudesse ir à Secretaria de Administração conversar com o secretário e ver se ele respeita pelo menos aquilo que foi assinado. A sugestão que dou a V.Exa. é que formemos uma comissão composta especialmente pelos policiais civis que estão aqui representados para que a gente possa defender a carreira de apoio da Polícia Civil, carreira fundamental para o trabalho que é prestado à sociedade.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Esta Presidência acolhe a questão de ordem de V.Exa. Nós designamos como integrantes dessa comissão os próprios Parlamentares que compõem a carreira da Polícia Civil no Distrito Federal. Mas não neste momento – eu pediria –, para que não tenhamos a deliberação prejudicada.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é muito rápido. É que existem outros Parlamentares além dos da carreira de policiais civis, como o Deputado Olair Francisco, que fazem questão de participar. Peço a autorização de V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 05 2014	15h40	42ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Claro, Deputado. Já vou solicitar à assessoria de governo que mantenha contato com a Secretaria de Administração para estabelecer o horário de recebimento dos Deputados.

Concedo a palavra ao Dr. Michel.

DEPUTADO DR. MICHEL (PP. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Boa tarde a todos e a todas; boa tarde aos meus pares; boa tarde à galeria.

Quero aqui me ombrear com o Wellington e dizer que vocês são essenciais para a manutenção da segurança pública no Distrito Federal. Não adianta nós pensarmos só na área fim ou lá na ponta se não tivermos vocês para nos ajudar no dia a dia. Então, Wellington, eu quero aqui me ombrear com você para ajudarmos essa categoria, que é uma categoria sofredora, mas bota o pescoço na prensa para ajudar o cidadão na questão da segurança. Pode contar com o meu apoio. Quero aqui cumprimentar toda a galeria.

Sr. Presidente, hoje eu venho aqui, mas venho lamentar, lamentar! Eu sou do governo e vivo apanhando do próprio povo do governo! Isso é um absurdo! O Chico falou aqui, e é verdade, que teve uma reunião no Incra 9, Joe Valle, em que me crucificaram, me crucificaram – não foi você não, Jesus, fui eu. Disseram que eu sou autor da matéria, que eu pedi para criar o batalhão rural! Eu pedi para criar o batalhão rural, eu não pedi para criar companhia rural não! Eu não pedi para colocar companhia rural dentro de meio ambiente não, porque as duas se confundem! Porém, quando erra, é Michel; quando acerta, é Governador! Que diabo é isso, rapaz? Errou, então, foi o Governador ao falar com o comandante para colocar a porcaria do batalhão rural dentro da ambiental, porque são duas coisas incongruentes. Agora não vêm atribuir a mim responsabilidade que não tenho, porque, se me chamassem para discutir – apesar de pouco entender, de segurança eu ainda possa falar um pouquinho –, eu saberia o que fazer! Mas colocam em batalhão rural gente de batalhão ambiental e vêm colocar a culpa em mim? Eu vou à reunião de 2 de junho e quero ver se alguém lá fala que a culpa é minha! É uma irresponsabilidade! Eu trabalho igual maluco diuturnamente para ajudar o povo do Distrito Federal. Não, não vou enfartar não, isso é só um desabafo. Por quê? Porque é uma irresponsabilidade as pessoas virem falar aqui, principalmente assessor de Parlamentar aqui de dentro! Isso é um absurdo, e eu não vou aceitar, não vou aceitar! Respeitem-me, eu não sou moleque, sou um homem trabalhador e sei fazer segurança. Sei fazer! Se não sabem, pergunta para quem sabe! Aqui nós temos o Deputado Alírio, que é delegado, o Deputado Wellington, o Cláudio Abrantes e eu, que fomos da polícia, e temos ainda o Deputado Patrício. Aí fica esse povo falando mal da gente! Quem fez a besteira não fui eu, quem fez a besteira foi o Comandante da PM – que não é esse que está aí não, foi o outro –, não fui eu não! Agora fico eu apanhando, o Joe Valle apanhando, por culpa que nós não temos. Carrego qualquer culpa, Sr. Presidente, qualquer culpa, desde que seja minha! Se for minha, eu



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 05 2014	15h40	42ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

carrego! Ninguém nunca me chamou, Sr. Presidente, e disse: “Michel, como é que nós devemos fazer o batalhão rural, de que forma ele tem que ser feito, onde é que nós vamos colocar, quais são os lugares?” Não falaram, mas, na hora de bater, é no meu lombo, e comigo não cola não. Eu vou no dia 2 de junho e quero conclamar você, Joe Valle, a ir comigo. A nossa teoria do batalhão rural não era a de dentro do ambiental não, porque elas não se fundem, elas se confundem, é bem diferente! Mas eu e você fomos citados, eu e você fomos massacrados sem nem lá estarmos para poder nos defender. E este é um governo em que eu acredito, é o governo do novo caminho, é o governo que veio para fazer a diferença! Mas o Michel não, o Michel não veio para fazer a diferença, a culpa agora é do Michel de o batalhão rural não estar dando certo! Ah, me poupem!

Mas eu não vou falar só isso também não, tem mais uma. Eu quero parabenizar V.Exa. pela instituição, no âmbito do Fundo de Assistência à Saúde dos Deputados Distritais e Servidores da Câmara Legislativa do Distrito Federal – FASCAL, do serviço especializado de assistência e internação domiciliar. Esse é um projeto que fizemos em nível público, em nível de hospital público, que é o Viver em Casa, e V.Exa. hoje está adotando aqui na Câmara Legislativa, que é o *home care* da Casa.

Sr. Presidente, eu só tenho que agradecer a V.Exa. pela benevolência de me deixar desabafar e falar. Queria eu, Agaciel, que nós tivéssemos uma televisão para que as pessoas pudessem ver que eu não tenho culpa de batalhão rural dentro de ambiental, não tenho culpa! E desafio alguém a dizer! Não me consultaram, mas tudo bem, não tem problema. Isso aqui é igual a bolo, quanto mais bate mais cresce.

Muito obrigado, pessoal.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Deputado Dr. Michel, eu quero informa a V.Exa. que o Colégio de Líderes aquiesceu... (Manifestações na galeria.) Eu queria pedir a compreensão dos colegas porque já dissemos que já entramos em contato com a secretaria, bem como com a assessoria do governo, para que seja estabelecido o horário para que os Deputados estejam lá. Por gentileza, a Presidência irá encaminhar isso em bons termos para o interesse dos servidores da Polícia Civil.

Deputado Dr. Michel, diante de vários clamores que V.Exa. fez ao Plenário desta Casa, o Projeto de Lei Complementar nº 93 – que, inclusive, refere-se à área de Bunitis – está previsto hoje para ser apreciado. Espero, portanto, que V.Exa. perceba o acolhimento da população para o acompanhamento dessa deliberação.

Eu quero aproveitar para pedir desculpas à população, pois alguns ficaram retidos. Ainda não sei exatamente o motivo, ainda que haja lugares aqui, da demora para terem acesso à galeria desta Casa. Peço desculpa pela demora para acessarem essa galeria.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 05 2014	15h40	42ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

Concedo a palavra, neste instante, à Deputada Liliane Roriz.

DEPUTADA LILIANE RORIZ (PRTB. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Polícia Civil tem que ser tratada a pão de ló, não é mesmo? Polícia Civil merece ser bem tratada, merece o carinho da nossa cidade, merece o carinho dos Deputados. Eu queria um pouquinho da atenção de vocês, e um pouquinho de silêncio, porque, lamentavelmente, queremos sempre ocupar a tribuna para falar de alguma coisa muito boa, de algum projeto interessante, de alguma coisa para a nossa cidade, ou para defendermos uma carreira, ou para aquilo que interessa mesmo à população. Mas hoje eu quero tratar de um assunto do qual irei usar pouco tempo para falar, porque não quero perder muito tempo para falar sobre isso, eu como Líder do meu partido, PRTB. De duas semanas para cá, tenho sido alvo de uma série de ações que considero verdadeiramente uma estratégia para tentar desestabilizar o meu mandato aqui na Câmara Legislativa. A primeira foi uma representação que partiu do Partido dos Trabalhadores em que me acusam de realizar propaganda eleitoral antecipada devido aos quatro *outdoors* do meu programa de rádio que foram colocados nesta cidade. Todos sabem, Sras. e Srs. Deputados, que possuo um programa de rádio, há mais de um ano, na Rádio Mania, tempo esse em que a emissora em que divulgo meu programa como forma de dar acesso a um canal em que a população possa desabafar, fazer aquilo que bem entende... O que me causa estranheza, nobres Parlamentares e colegas, é que diariamente, em horário nobre, todos nós testemunhamos verdadeiras mentiras nas propagandas institucionais do Governo do Distrito Federal, pagas com verbas públicas milionárias. E disso o Partido dos Trabalhadores, o PT, nem sequer fala. Já o meu programa, de apenas quinze minutos de duração, é perseguido desde que entrou no ar. Quando não há ameaças no departamento comercial da rádio, há esse tipo de manobra para tentar atralhar que alguém mostre o que realmente o Distrito Federal tem passado. Enfim...

O segundo caso, que acho mais grave, foi uma denúncia – eu gostaria de muito silêncio, para vocês ouvirem, porque eu não quero esconder absolutamente nada – feita ao Ministério Público em que o cidadão me acusa, Deputado Agaciel Maia, de uma suposta compra de votos. Eu, logo a minha família, precisaria comprar votos? Em 2010, por tabela, ainda queriam me enquadrar numa suposta falsidade ideológica. Olhem que absurdo isso! Segundo a denúncia, o tal cidadão não estaria contabilizado nos meus gastos da última eleição (*sic*). O fato me chama atenção por dois motivos: o primeiro e mais óbvio é que o referido senhor – se eu vi uma vez na vida esse cidadão foi muito; aliás, ele aparece aqui de vez em quando –, bem nas vésperas do próximo pleito, faz uma acusação como essa quanto a minha pessoa, Deputado Chico Leite. Se possui tanta certeza dessa causa, por que nunca me procurou, por que nunca recorreu anteriormente à Justiça, e o faz agora, às vésperas do próximo pleito?



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 05 2014	15h40	42ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

O segundo – para mim o mais grave – é que o referido senhor ocupava, até pouco tempo, um importante cargo na Secretaria de Condomínios do Governo do Distrito Federal. E o que mais me assustou: indicado por um colega desta Casa. Fica claro, com essas informações que acabo de dar, que houve algum motivador, Sr. Presidente, para que o referido senhor decidisse judicializar essa questão.

Hoje, em matéria veiculada na *CBN*, o próprio magistrado reconhece a dificuldade de comprovar os fatos, mas adianta que meu mandato sofrerá com a exploração do caso. É lamentável, Sr. Presidente, que colegas desta Casa e até autoridades que estão do outro lado do Eixo Monumental percam o tempo que deveriam utilizar pelo bem da população, promovendo estratégias pequenas e meticulosas com o único objetivo de tentar me prejudicar. Nunca esperei tanto estar enganada como hoje, Deputado Chico Vigilante. Realmente, quero ter a certeza de que ninguém esteja confundindo a minha postura de opositora com a hostilidade destinada a uma verdadeira inimiga, coisa que eu não sou.

Nos dois casos, graças a Deus, Deputado Chico Vigilante, a Justiça tem me ajudado. É uma pena que neste mundo político, que cada vez me assusta mais, infelizmente só podemos confiar no Judiciário para provarmos que somos inocentes, e não o contrário, conforme prevê a lei.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputada Liliane Roriz.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, eu fui citado e gostaria de responder.

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Não, não foi citado. Eu só queria que V.Exa. ouvisse. O senhor não foi citado em nenhum momento. Assim como eu chamei o Deputado Chico Vigilante, eu não citei o senhor. Agora, se o senhor se sentiu citado, por favor.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Deputado Agaciel Maia, vou consultar a Assessoria para verificar se cabe direito de resposta nessa circunstância.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, caso não haja mais pronunciamentos de Parlamentares, solicito que entremos na pauta, haja vista que há *quorum* neste momento na Casa.

Quero dizer que a PELO consta do item nº 94 da Ordem do Dia e que possamos proceder à apreciação dos projetos solicitados: Projeto de Lei Complementar nº 86, de 2014; Projeto de Lei Complementar nº 87, de 2014; Projeto de Lei Complementar nº 93, de 2014, e Projeto de Lei nº 1.917, de 2014.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 05 2014	15h40	42ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Esta Presidência acolhe a interpelação de V.Exa. e indaga aos Srs. Parlamentares se abrem mão de suas falações para que passemos à Ordem do Dia. (Pausa.)

Peço que os colegas cumpram o Regimento. Os Comunicados de Parlamentares estão restritos a trinta minutos.

Concedo a palavra ao Deputado Cláudio Abrantes.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobres pares, colegas e galeria, quero aqui manifestar meu apoio, minha solidariedade sempre a todos os servidores públicos, em especial à carreira de assistência da Polícia Civil, porque temos grandes amigos e estamos juntos nessa luta, não tenho dúvidas.

Sr. Presidente, cumprirei o Regimento e falarei de forma muito breve. Venho apenas fazer um lamento. Na semana passada, fiz um pronunciamento sobre o dia 13 de maio, Dia da Abolição da Escravatura no País. Fizemos esse pronunciamento dizendo que era uma data de reflexão e protesto, e não de comemoração, visto que a escravidão ainda é algo presente no nosso país. É incrível analisar que mesmo depois de tantas manifestações, depois de séculos à frente, a gente ainda se depare – aqui quero expressar minha repulsa – com a decisão do juiz da 17ª Vara Federal do Rio de Janeiro, Eugênio Rosa de Araújo, que proferiu um veredito decidindo que umbanda e candomblé não podem ser considerados religiões, num claro ato de intolerância e de racismo presente dentro do Judiciário brasileiro. É inconcebível que, depois de tanto tempo, ainda haja pessoas que, revestidas de autoridade pública, imaginem interferir na crença, na fé de qualquer pessoa que seja. Todos sabem da minha posição, sou católico, sou praticante, mas temos que ter um profundo respeito por todas as religiões, pelas crenças das pessoas, inclusive por aqueles que não creem também. Então, venho aqui manifestar minha repulsa, porque ele quis interferir no sentimento que transcende a qualquer ser humano, que é a sua crença. A reação foi tão forte, Sr. Presidente, que líderes de outras religiões, líderes da Igreja Católica, de igrejas evangélicas, líderes de templos budistas se manifestaram contrários a essa decisão e repudiaram publicamente a decisão do juiz Eugênio Rosa. Inclusive a Pastoral do Esporte da Arquidiocese de São Sebastião do Rio de Janeiro promoveu um grande encontro inter-religioso no Maracanã em repúdio a essa decisão. É triste ver a decisão de um magistrado, às vésperas de Copa do Mundo, em que o tema racismo é tão debatido mundo afora, Deputado Dr. Michel e Deputado Chico Vigilante – V.Exas. têm essa origem também, a ascendência negra – e é incrível que ainda hoje os brasileiros, no foco das discussões internacionais do racismo, às vésperas da Copa do Mundo – fala-se que vai ser a Copa da paz –, um juiz brasileiro tome uma decisão desse porte. Isso é lamentável, extremamente triste, ainda mais, como eu disse no princípio, se lembrarmos que no dia 13 último nós refletimos sobre o significado da Lei Áurea. Aproveito para salientar que, no próximo dia 25, comemora-se o Dia da África.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 05 2014	15h40	42ª SESSÃO ORDINÁRIA	19

Temos um requerimento, Deputado Wasny de Roure, Presidente desta Casa, para que no dia 30, às 10 horas da manhã, façamos uma sessão solene em homenagem ao Dia da África. Já temos diversas embaixadas confirmadas. Mais do que isso, que também se marque aqui uma posição de respeito à importância do continente africano na colonização, na formação, na identidade cultural e antropológica do nosso país e na formação do nosso povo.

Então, quero deixar meu repúdio. Acredito que a Câmara Legislativa deva seguir neste sentido: que cada pessoa tenha a possibilidade de escolher, e ela, sim, dizer se segue uma religião ou não. E não, infelizmente, um juiz vir dizer numa sentença que as religiões de matriz africana, como umbanda e candomblé, não têm traços de religiosidade. Isso é um tremendo absurdo!

Colocamos nosso mandato se manifestando em solidariedade a esse pessoal, para todos aqueles que buscam a vivência de uma fé, independente de onde vieram: se vieram do cristianismo, do budismo ou se vieram das religiões de matriz africana. Deixo aqui nosso repúdio e agradeço a todos que nos ouviram nesta tarde.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputado Cláudio Abrantes. Darei um minuto ao Deputado Agaciel Maia para responder às declarações que foram feitas contra sua pessoa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero apenas esclarecer um ponto para a Deputada Liliane Roriz. Todos os colegas sabem do meu perfil. Eu tenho um perfil construtivista. Eu nunca denegri imagem de qualquer Parlamentar nem nunca utilizei servidor nenhum para fazer esse papel. Nem fiz nem faço nem farei. Eu conheci um servidor ou um promotor cultural em São Sebastião que tinha trabalhado para vários Deputados, inclusive vários daqui, e que tinha – eu não sabia disso – movido uma ação contra a Deputada Liliane Roriz. Eu fui saber muito tempo depois. Eu fui apresentado para esse indivíduo, Deputada Liliane Roriz, e ele me disse que era um líder. Todo e qualquer Deputado está sujeito a isso. Ele apresentou o pessoal. Eu não sabia que ele tinha movido qualquer processo contra V.Exa. Se eu soubesse, eu não teria... Eu não respondo por V.Exa. Seu pai sabe do meu perfil. Eu jamais utilizaria um servidor para prejudicar V.Exa. Por quê? Qual a motivação que eu teria para isso?

Então, quero deixar claro aos colegas apenas isto: qualquer um está sujeito a se aproximar de alguém que, às escondidas, fez alguma coisa de que não tivemos conhecimento. Nós estamos convivendo com todas as cidades aqui, com todo tipo de gente. Eu quero dizer a V.Exa. que tenho a consciência tranquila. Eu não me tornaria Deputado Distrital para usar dessa baixa de utilizar alguma pessoa para prejudicar



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 05 2014	15h40	42ª SESSÃO ORDINÁRIA	20

alguém. Em 37 anos de Senado, eu nunca fiz isso. Eu não faria isso nem mesmo com meu maior inimigo, quanto mais com V.Exa., que sempre foi uma colega exemplar e com quem sempre mantive um relacionamento muito bom nesta Casa.

Portanto, eu queria fazer essa reparação para não deixar dúvidas. Nós sabemos esse tipo de coisa como é. Quero apenas esclarecer que não tenho nada a ver com essa história.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputado Agaciel Maia.

Concedo a palavra ao Deputado Evandro Garla.

DEPUTADO EVANDRO GARLA (PRB. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobres pares, imprensa, galeria, eu gostaria de me dirigir neste momento à Secretaria de Habitação. É bem verdade que sabemos que o antigo secretário está hoje Deputado Federal porque estará disputando o pleito deste ano, possivelmente para o Senado. É assim que o PT indicou, mas ainda não passou nas convenções.

Eu trago uma preocupação muito grande, Deputado Chico Vigilante e Deputada Arlete Sampaio. Nós estamos entendendo que a Secretaria de Habitação está querendo tomar terreno na mão grande, principalmente de instituições religiosas. Existe uma diferença bem gritante... Até mesmo o Deputado Wasny de Roure trabalhou muito na correção da Lei nº 806, de 2009, no sentido de doação, de invasão, para que viesse a ser feito ou por concessão ou até mesmo por compra. Só que existe uma diferença quando uma instituição religiosa compra um terreno de outra instituição que já está totalmente legalizada há mais de quinze anos. O mais interessante ainda é que, agora, quando é feito o novo projeto da Luos, nos mapas, o terreno sumiu, o terreno desapareceu, virou equipamento público. Ninguém da Secretaria de Habitação teve a coragem ou até mesmo a intenção de sair do gabinete e ir até o local para saber se ali, de fato, era um equipamento público, se ali tinha sido invasão, se ali foi concedido.

Então, eu gostaria de saber da Secretaria de Habitação, eu gostaria de saber muito do hoje Deputado Federal Magela. Eu já tinha conversado anteriormente com S.Exa. e até mesmo com o Governador Agnelo sobre isso. Parece que o Governo do Distrito Federal está tomando terreno na mão grande de quem justamente já comprou, já pagou. Não pagou à Terracap; pagou, sim, à instituição que estava ali antes.

Eu gostaria, nobre Deputada Arlete Sampaio, de uma explicação. Várias vezes, eu converso com V.Exa., venho aqui à tribuna, e tudo o que eu tenho solicitado de explicações ou orientações, V.Exa. sempre tem nos atendido; quando é a V.Exa., é o Willemann. Então, eu gostaria, neste momento, de saber por que está



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 05 2014	15h40	42ª SESSÃO ORDINÁRIA	21

acontecendo isso. Eu gostaria muito de saber, nobre Deputada: é assim que o Governo do Distrito Federal está fazendo? Ele está tomando terrenos na mão grande? Eu acredito que não, mas, pelo que está hoje nos mapas da Luos, que foram apresentados a esta Casa, parece que está acontecendo isso.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputado Evandro Garla.

Encerrados os Comunicados de Parlamentares.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO (PTdoB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu sei que V.Exa. já acatou a solicitação da nobre Deputada Arlete Sampaio, mas é possível que o item extrapauta nº 4 passe a ser o item nº 1? Trata-se da questão da CEB.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Deputado, nós temos o maior interesse em apreciar isso. O Deputado Wellington Luiz também já fez essa solicitação. Em relação ao processo deliberativo, chamaremos o item nº 83 e, depois, entraremos na pauta acordada no Colégio de Líderes.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO – V.Exa. acata a minha solicitação sobre o Projeto de Lei nº 1.917?

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Acatarei, Deputado.

Dá-se início à

ORDEM DO DIA.

Item nº 1:

Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 1.291, de 2012, da Deputada Arlete Sampaio, que “institui o Código Sanitário do Distrito Federal”.

Solicito ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Chico Leite, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, designo o Deputado Cláudio Abrantes.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra ao Deputado Cláudio Abrantes para emitir relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (PT. Para emitir relatório. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 05 2014	15h40	42ª SESSÃO ORDINÁRIA	22



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO DEPUTADO CHICO LEITE – PT/DF

RELATÓRIO Nº 1, DE 2014 – CCT

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
sobre o VETO PARCIAL oposto ao Projeto de
Lei nº 1.291/2012, que institui o Código
Sanitário do Distrito Federal.

RELATOR "AD HOC": DEPUTADO CLÁUDIO NEFANTES
~~Relator~~: Deputado Chico Leite

Pela Mensagem nº 62/2014-GAG (fls. 529/531), o Chefe do Poder Executivo comunicou a esta Casa a oposição de **veto parcial** ao Projeto de Lei nº 1.291 de 2012, de autoria da Deputada Arlete Sampaio, que "institui o Código Sanitário do Distrito Federal".

A proposição foi aprovada com alterações, ficando sua redação final conforme fls. 345/417.

Remetido ao Chefe do Poder Executivo, ao projeto foi oposto **veto parcial**, ao conteúdo dos dispositivos: § 1º do art. 7º; § 1º do art. 12; inciso IV do art. 13; art. 19; inciso III do art. 24; art. 36; art. 54; art. 63; art. 103 e parágrafo único do art. 106; inciso XII do art. 116; art. 122; inciso II do art. 143 e o art. 146; art. 149; art. 150 e art. 155; § 2º do art. 165; § 2º do art. 233; §§ 7º e 8º do art. 246; art. 269; e art. 270; sob a alegação dos fundamentos a seguir descritos:

- o § 1º do art. 7º cria atribuições para servidores do Poder Executivo, privativo de projetos de iniciativa do Governador (Lei Orgânica do Distrito Federal – LODF, art. 71, IV);

- o § 1º do art. 12 traz condições para validade de contrato de prestação de serviços públicos de saneamento ambiental que podem inviabilizar a prestação dos próprios serviços;

- o inciso IV do art. 13 não parece razoável, dado que entregar um manual a cada cidadão é obrigação que onera de forma excessiva o Poder Público;

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PL Nº 1.291 / 2012

FOLHA 667 RUBRICA



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 05 2014	15h40	42ª SESSÃO ORDINÁRIA	23

2

- o art. 19 traz norma que não pode ser aplicada a todos os habitantes do Distrito Federal, já que há fornecimento de água que advém de outras fontes de abastecimento que não a rede pública;

- o inciso III do art. 24 subordina o regime de racionamento de água a órgão não diretamente envolvido com o abastecimento; medida excepcional que só pode ser adotada quando devidamente exigida, independentemente de discricionariedade de qualquer órgão de vigilância ambiental em saúde;

- o art. 36 tira do particular a responsabilidade pelo manejo de resíduos sólidos, contrariando legislação distrital sobre a matéria (Leis nº 4.352, de 2009 e nº 4.704, de 2011);

- não é razoável a exigência do art. 54 em determinar o registro oficial de cães e gatos em repartições públicas; além disso, cria despesa de caráter continuado, o que só seria possível se cumpridos os arts 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF;

- o art. 63 retira do Poder Público o poder de agir nos casos em que doenças infectocontagiosas possam oferecer risco à saúde humana, além de criar, em determinados casos, despesa de caráter continuado, sem observância da LRF;

- o art. 103 e o parágrafo único do art. 106, embora tenham apenas caráter declaratório, dispõem sobre matéria de legislação privativa da União (Constituição Federal, art. 22, I) e não podem estar contidos em lei distrital;

- o inciso XII do art. 116, assim como o art. 122, definem atribuições a órgãos de vigilância sanitária que são privativas do Governador (LODF, art. 100, VII);

- o inciso II do art. 143 e o art. 146 definem normas sobre funcionamento dos estabelecimentos de ensino, incluindo os da rede pública, com aumento da despesa sem o cumprimento das formalidades dos arts. 16 e 17 da LRF;

- o art. 149 dispõe sobre matéria própria de leis sobre licença de funcionamento (Leis nº 5.280 e nº 5.281, ambas de 2013) e não de Código de Saúde;

- os arts. 150 e 155 contêm exigência que onera de forma excessiva os estabelecimentos de prestação de serviço de esporte, diversão e lazer;



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 05 2014	15h40	42ª SESSÃO ORDINÁRIA	24

3

- o § 2º do art. 165 contém proibição descabida ao pretender vedar atividade lícita, desde que realizada atendendo regras sanitárias próprias;

- o § 2º do art. 233 cria infração disciplinar para o servidor público fora do Regime Jurídico dos Servidores Distritais (Lei Complementar nº 840, de 2011), o que só é possível em projeto de iniciativa do Poder Executivo;

- os §§ 7º e 8º do art. 246 trazem disciplinamento problemático para a matéria, já que nem toda a infração à legislação sanitária deve ser comunicada ao Ministério Público e que o julgamento de infração não pode recair apenas sobre servidor efetivo;

- o art. 269 traz norma para o legislador futuro, o que não é possível na legislação ordinária, já que a alteração, a revisão ou a revogação de leis podem ser feitas sempre que houver conveniência;

- o art. 270 subordina a aplicabilidade da lei ao contrato a ser firmado com os Municípios da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE/DF, o que não parece razoável, já que a lei deve ser aplicada pelo que estabelece.

Eis as informações que julgamos necessárias à deliberação desta Casa sobre o veto em causa.

Sala das Sessões, em

DEPUTADO
Presidente

DEPUTADO CHICO LEITE

Ad hoc - Chico Leite
DEPUTADO CÍNDIO ABRANTES
RELATOR "AD HOC"
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PL. N.º 1.291/1 2012
FOLHA 669 RUBRICA *CL*



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 05 2014	15h40	42ª SESSÃO ORDINÁRIA	25

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Em discussão o relatório.
(Pausa.)

Procederemos à votação, em bloco, dos vetos parciais aos seguintes itens: § 1º do art. 7º; § 1º do art. 12; inciso IV do art. 13; art. 19; inciso III do art. 24; arts. 36, 54, 63 e 103; parágrafo único do art. 106; inciso XII do art. 116; art. 122; inciso II do art. 143; arts. 146, 149, 150 e 155; § 2º do art. 165, § 2º do art. 233; §§ 7º e 8º do art. 246 e arts. 269 e 270, do Projeto de Lei nº 1.291, de 2012.

Salvo manifestação contrária dos Líderes, procederemos à votação nominal.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Concedo a palavra à Deputada Arlete Sampaio para encaminhar a votação.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, a despeito de ser um projeto de lei de minha autoria, estou de acordo, assim como o Colégio de Líderes, para que possamos manter o veto. Voto “sim”.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 05 2014	15h40	42ª SESSÃO ORDINÁRIA	26



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
PRESIDÊNCIA
Assessoria de Plenário e Distribuição

Data: 20/05/2014



REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

VETO TOTAL VETO(S) PARCIAL(S) PARÁGRAFO 1º DO ART. 7º; PARÁGRAFO 1º DO ART. 12; INCISO IV DO ART. 13; ART. 19, INCISO III DO ART. 24; ARTS. 36, 54, 63 e 103; PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 106; INCISO XII DO ART. 116; ART. 122; INCISO II DO ART. 143; ARTS. 146, 149, 150 e 155; PARÁGRAFO 2º DO ART. 165; PARÁGRAFO 2º DO ART. 233; PARÁGRAFOS 7º e 8º DO ART. 246; e ARTS. 269 e 270.

PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S):

PROJETOS DE LEI Nº(S): 1.291/2012

AUTORIA: ARLETE SAMPAIO

Poder Executivo

RELATORIA: CLÁUDIO ABRANTES

P/S	DEPUTADO(A)	PARTIDO	SIM	NÃO	ABST	AUS	OBST.	DV
	AGACIEL MAIA	PTC	X					
	ALÍRIO NETO	PEN	X					
	ARLETE SAMPAIO	PT	X					
	AYLTON GOMES	PR				X		
	BENEDITO DOMINGOS	PP	X					
	CELINA LEÃO	PDT				X		
	CHICO LEITE	PT	X					
	CHICO VIGILANTE	PT	X					
	CLÁUDIO ABRANTES	PT	X					
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB				X		
	DR. MICHEL	PP	X					
	ELIANA PEDROSA	PPS				X		
	EVANDRO GARLA	PRB	X					
	JOE VALLE	PDT	X					
	LILIANE RORIZ	PRTB	X					
	OLAIR FRANCISCO	PTdoB				X		
	PATRÍCIO	PT				X		
	PAULO RORIZ	PP	X					
	PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PV	X					
	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB	X					
	RONEY NEMER	PMDB	X					
	WASHINGTON MESQUITA	PTB				X		
	WELLINGTON LUIZ	PMDB	X					
	WASNY DE ROURE	PT	X					
T O T A L			17			7		


SECRETÁRIO (DEPUTADO PROF. AGACIEL MAIA)

VOTOS "SIM"	17	VETO MANTIDO	X
VOTOS "NÃO"		VETO REJEITADO	-
ABSTENÇÃO	-		
AUSÊNCIAS	7		
OBSTRUÇÃO	-		



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 05 2014	15h40	42ª SESSÃO ORDINÁRIA	27

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 17 votos favoráveis.

Total de votantes: 17.

Fica mantido o veto aos parágrafos, incisos e artigos já mencionados.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

DEPUTADO ALÍRIO NETO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ALÍRIO NETO (PEN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero fazer um pedido em nome, inclusive, dos policiais civis. Convido os companheiros da Polícia Civil que estão solidários à carreira de apoio, se não formos recebidos pelo Secretário de Administração, a se retirarem do plenário e não votarem, com exceção do item da CEB e o item nº 3, que é o Projeto de Lei Complementar nº 93.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputado Alírio Neto. Peço que V.Exa. converse com os Deputados, porque tivemos enorme sacrifício de mobilização, e esta Presidência está se empenhando ao máximo para conseguir esse esforço de recebimento. Caso contrário, se formos dispensáveis, V.Exa. conduza como melhor entender a matéria. Mas peço sua compreensão.

DEPUTADO ALÍRIO NETO – Sr. Presidente, na verdade, V.Exa. é uma pessoa extremamente democrática – eu estava conversando sobre isso com a Líder do Governo. Como eu disse, consideramos urgentes os três projetos – o da CEB, o Projeto de Lei Complementar nº 93 e a Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 57 – e concordamos em votá-los. Pelo menos o Deputado Wellington Luiz já se manifestou favoravelmente. Esses três itens, vamos concordar em votar. Daí para frente... V.Exa. veja a dificuldade. V.Exa. é o Presidente da Casa, e o Secretário de Administração não o recebe nem retorna um telefonema! Imagine a nós, que somos simples Parlamentares (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputado Alírio Neto, pela sua compreensão.

Item nº 94:

Discussão e votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Lei Orgânica do Distrito Federal nº 57, de 2013, de autoria do Poder Executivo, que “altera a Lei Orgânica do Distrito Federal para adaptá-la à Constituição da República Federativa do Brasil e dá outras providências”.

DEPUTADO DR. MICHEL – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 05 2014	15h40	42ª SESSÃO ORDINÁRIA	28

DEPUTADO DR. MICHEL (PP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero aqui me solidarizar com o Deputado Alírio Neto. Que possamos, realmente, tomar essa providência, porque já não há mais condições de deixarmos esses servidores da forma como estão. Solidarizo-me com a fala do Deputado Wellington Luiz e do Deputado Alírio Neto, para que possamos melhorar a segurança pública.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputado.

A tramitação foi concluída. Foram apresentadas sete emendas de Plenário. As comissões deverão se manifestar sobre as emendas de Plenário.

Solicito ao Relator, Deputado Aylton Gomes, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre as emendas de Plenário. (Pausa.)

O Deputado Aylton Gomes não se encontra.

Solicito ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Chico Leite, que designe Relator para a matéria ou avoque a relatoria. (Pausa.)

DEPUTADO ALÍRIO NETO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ALÍRIO NETO (PEN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a retirada da Emenda nº 30, de minha autoria, à proposta.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – A emenda à proposta de emenda à lei orgânica foi retirada por solicitação do autor.

A Presidência designa o Deputado Robério Negreiros para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Robério Negreiros, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

Informo aos senhores que o terceiro item da Ordem do Dia é o Projeto de Lei Complementar nº 93 – terceiro item que será deliberado. Essa é uma luta de muitos e muitos anos.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, venho aqui por dois motivos. O primeiro: tão logo seja votado o PLC nº 93, de extrema urgência e necessidade da comunidade, que possamos inverter a pauta e votar o projeto da CEB, já que é um projeto de interesse da sociedade. Enquanto temos *quorum*, solicito a V.Exa. que possamos ir para o fim.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Deputado Wellington Luiz, já combinamos que será o item seguinte à Pelo. É por conta de uma questão que se chama *quorum*.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 05 2014	15h40	42ª SESSÃO ORDINÁRIA	29

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Ótimo, Sr. Presidente. A outra questão: apenas para me solidarizar com o que foi proposto pelo Deputado Alírio Neto, de que fora esses itens, enquanto o Secretário Wilmar Lacerda não receber a comissão... Eu sei que o Willemann teve o cuidado de entrar em contato imediatamente, mas, a exemplo do que aconteceu outras vezes, ele marcou e não nos atendeu. Então, enquanto não formos atendidos para encontrar uma solução para essa categoria, nós não votaremos nenhum projeto, pelo menos da minha parte, da parte do Deputado Alírio Neto e de outros Deputados.

(Manifestação da galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Deputado Wellington Luiz, estamos empenhados em ajudar a construir essa ponte. Peço a compreensão de V.Exa. quanto ao tempo. Nós não iremos deliberar, Deputado Alírio Neto já fez... Apenas espero a contribuição para que a gente supere esses três itens, e, então, faremos uma análise no encaminhamento das demais matérias.

DEPUTADO ALÍRIO NETO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ALÍRIO NETO (PEN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, enquanto o relator analisa as emendas, eu queria falar só para V.Exa. entender o porquê de toda essa celeuma e essa posição tão contundente de nossa parte.

Na verdade, a carreira de apoio vem sofrendo uma perseguição pelo Sr. Wilmar e seus assessores há muito tempo. Nós temos engolido isso em nome de um governo, de cuja base fazemos parte até este momento, mas não é possível mais suportar a perseguição da Secretaria de Administração em cima da carreira de apoio, nem a tentativa de divisão da carreira e a tentativa de extinguir a carreira permanentemente, sem perceber a necessidade fundamental da carreira de apoio nos serviços que são prestados nas delegacias.

Cada cidadão desses que estão aí põe sua vida em risco no dia a dia, prestando serviço junto com os policiais, nas delegacias e na periferia das cidades. Simplesmente, alguém que fica sentado em uma sala com ar condicionado, sentado em uma poltrona de couro, perseguir as pessoas sem conhecer a realidade do servidor que está lá na ponta...

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Muito obrigado, Deputado Alírio Neto.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero fazer um apelo, porque é a primeira vez que vejo isso no Legislativo: metade dos Parlamentares pedindo uma audiência com o Secretário de Administração. Eu



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 05 2014	15h40	42ª SESSÃO ORDINÁRIA	30

gostaria que a Líder do Governo, Deputada Arlete Sampaio, V.Exa. que é o Presidente da Casa, e o Deputado Chico Vigilante chamassem – é só atravessar a rua – o Secretário Wilmar Lacerda para vir a esta Casa negociar com esse pessoal, na sala de reunião aqui do lado.

(Manifestação na galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Muito obrigado, Deputado Agaciél Maia.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero falar aqui pelas bancadas do Partido dos Trabalhadores e do PRB, e dizer para o Deputado Wellington Luiz e para o Deputado Alírio Neto o seguinte: está na hora de a gente tratar – e eu me disponho junto com vocês – desse assunto diretamente com o Governador Agnelo Queiroz, porque se o secretário fala em nome do governo e, depois, não honra a palavra, nós vamos direto ao Governador.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Muito obrigado, Deputado Chico Vigilante. Solicito a V.Exa. que se empenhe nesse encaminhamento.

Deputado Robério Negreiros, V.Exa. está em condições de proferir o parecer?

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça às Emendas de Plenário nºs 28, 29, 30, 31, 32, 33 e 34.

O meu voto é pelo acatamento, pela admissibilidade das Emendas nºs 28 e 29. A emenda nº 30 foi retirada pelo autor, Deputado Alírio Neto. As Emendas nºs 31 e 32, o voto é pela admissibilidade, pelo acatamento. A Emenda nº 33 foi prejudicada porque já foi contemplada na Emenda nº 32. Voto pela admissibilidade da Emenda nº 34.

É o meu voto, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Muito obrigado, Deputado Robério Negreiros.

Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça às emendas oferecidas à Pelo nº 57. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 05 2014	15h40	42ª SESSÃO ORDINÁRIA	31

O parecer sobre as emendas está aprovado com a presença de 17 Deputados.

Solicito à Relatora, Deputada Arlete Sampaio, que emita parecer da Comissão Especial de Análise das Propostas de Emenda à Lei Orgânica sobre as emendas de Plenário.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Para emitir parecer.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o parecer da Comissão Especial de Análise das Propostas de Emenda à Lei Orgânica acompanha integralmente o parecer proferido pela Comissão de Constituição e Justiça.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Em discussão o parecer no âmbito da Comissão Especial. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer sobre as emendas está aprovado com a presença de 17 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, a Proposta de Emenda à Lei Orgânica do Distrito Federal nº 57, de 2013. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando a proposta; os que votarem “não” estarão rejeitando-a.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 05 2014	15h40	42ª SESSÃO ORDINÁRIA	32



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
PRESIDÊNCIA
Assessoria de Plenário e Distribuição

Data: 20/05/2014



REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL

VOTAÇÃO EM: 1º TURNO 2º TURNO TURNO ÚNICO

REDAÇÃO FINAL APRECIADA EM

PARECER: ORAL REJEIÇÃO PROJETO FAVORÁVEL PROJETO COM EMENDA(S) ANEXO

COMISSÕES: CCJ CEOP CAS CDDHCDP CAF CDC CSEG CESC

CDESCMAT MESA DIRETORA COMISSÃO ESPECIAL CFGTC

PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S): 57/2013

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S):

PROJETO DE LEI Nº(S):

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S):

REQUERIMENTO, RECURSO, PROCESSO Nº(S):

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S):

AUTORIA: DEPUTADO Poder Executivo

RELATORIA: DEPUTADO

DEPUTADO(A)	PARTIDO	SIM	NÃO	AUS	ABST	OBS	DV
AGACIEL MAIA	PTC	X					
ALÍRIO NETO	PEN	X					
ARLETE SAMPAIO	PT	X					
AYLTON GOMES	PR			X			
BENEDITO DOMINGOS	PP	X					
CELINA LEÃO	PDT			X			
CHICO LEITE	PT			X			
CHICO VIGILANTE	PT	X					
CLÁUDIO ABRANTES	PT	X					
CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X					
DR. MICHEL	PP	X					
ELIANA PEDROSA	PPS	X					
EVANDRO GARLA	PRB	X					
JOE VALLE	PDT	X					
LILIANE RORIZ	PRTB			X			
OLAIR FRANCISCO	PTdoB	X					
PATRÍCIO	PT			X			
PAULO RORIZ	PP	X					
PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PV	X					
ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB	X					
RÔNEY NEMER	PMDB	X					
WASHINGTON MESQUITA	PTB	X					
WELLINGTON LUIZ	PMDB	X					
WASNY DE ROURE	PT	X					
T O T A L		19		5			


SECRETÁRIO DA SESSÃO
(DEPUTADO AGACIEL MAIA)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 05 2014	15h40	42ª SESSÃO ORDINÁRIA	33

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 19 votos favoráveis. Houve 5 ausências.

A Pelo nº 57 está aprovada em primeiro turno.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, só para comunicar aos trabalhadores da Polícia Civil e aos Parlamentares que comporão a comissão que a audiência acaba de ser marcada com o Secretário Wilmar Lacerda para amanhã, às 17h.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Está, portanto, encaminhada a audiência dos policiais para amanhã, às 17h.

Deputado Wellington Luiz, solicito a V.Exa. que coordene essa comissão, informando antecipadamente a cada um dos Deputados que estão interessados, sobretudo os que integram a carreira da Polícia Civil.

Esta Presidência consulta os senhores Líderes se há acordo para superarmos o sobrestamento dos demais vetos da Ordem do Dia e votarmos os itens restantes, itens extrapauta. (Pausa.)

Se não há manifestação contrária, passaremos a apreciação dos itens extrapauta.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.917, de 2014, de autoria do Poder Executivo, que “autoriza o Poder Executivo a prestar garantia para operações de crédito interno a serem realizadas pela CEB Distribuidora S/A junto à Caixa Econômica Federal e ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e dá outras providências”.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PPS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu não concordo com a votação de um projeto que foi lido agora e que não é conhecido. Amanhã, teremos sessão. Eu acho que um dia não fará diferença. Eu estou dizendo que o PPS não concorda com a votação desse projeto na data de hoje.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Deputada Eliana Pedrosa, a Presidência foi solicitada por vários Parlamentares para que a Ordem do Dia fosse invertida e, inclusive, que o relatório fosse dado em plenário. Nós temos algumas



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 05 2014	15h40	42ª SESSÃO ORDINÁRIA	34

questões de calendário. Eu pediria aos colegas e também à assessoria que está acompanhando este debate que dessem informações à Deputada Eliana Pedrosa, que tem sido uma Parlamentar extremamente cuidadosa na apreciação de matérias dessa natureza.

Enquanto isso, Deputada Eliana Pedrosa, podemos apreciar esse projeto em 1º turno, e, para a análise do projeto em 2º turno, haverá tempo de nos aprofundarmos no assunto. Dessa forma, teremos condições de encaminhar a solicitação de V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sr. Presidente, eu só queria registrar que o projeto foi lido hoje, não foi distribuído para os gabinetes, pelo menos o meu não o recebeu, e está sendo votado agora sem o conhecimento... Acho que é muita responsabilidade de um Parlamentar... Eu não me considero pronta para votar um projeto que sequer foi distribuído para leitura, para leitura sequer. Estou deixando registrado aqui porque vou ter que usar das prerrogativas que tenho para buscar minimamente uma votação neste plenário, que sempre respeitou, no mínimo, o prazo de um dia para que se possa estudar um projeto. Se o governo precisava tanto desse projeto... Ele teve todo tempo, e não me parece que um dia vai dificultar. Eu entendo que é um projeto da CEB, falaram que é para recursos que serão colocados. Nós entendemos que precisamos de investimentos, mas eu não acredito que, de uma terça-feira para uma quarta-feira, haverá uma grande diferença para quem ficou três anos e meio sem pensar em como resolver o problema de energia elétrica no Distrito Federal.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, lamentavelmente, a Deputada Eliana Pedrosa não pôde estar na reunião do Colégio de Líderes. Na reunião do Colégio de Líderes, o Presidente da CEB explicou a todos os Deputados a urgência de votarmos esse projeto, que é exclusivamente um projeto que autoriza um empréstimo tomado junto ao BNDES para que a CEB possa fortalecer um lado de fornecimento de energia às pessoas, que é fundamental. Graças a Deus, a CEB tem saído das páginas dos jornais. A CEB tem demonstrado a sua competência. Hoje, várias de suas empresas dão lucro. Portanto, não custa a esta Casa fazer uma exceção. O Parlamento é feito de exceções. E, quando há acordo do Colégio de Líderes, essa exceção pode ser feita, como foi o caso. Lamentavelmente, a Deputada Eliana Pedrosa não pôde estar presente na reunião do Colégio de Líderes. Então, proponho que prossigamos a votação, porque é fundamental que assim seja.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 05 2014	15h40	42ª SESSÃO ORDINÁRIA	35

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Sem revisão do orador.) – Deputada Eliana Pedrosa, eu estive presente na reunião do Colégio de Líderes, onde fizemos as indagações sobre os aspectos técnicos e pontuais apresentados pela equipe técnica da CEB, inclusive sobre os procedimentos e a avaliação feitos pela Caixa Econômica Federal e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e também sobre o formalismo e as datas exíguas. Há algumas certidões, como certidões de tribunais, que, se não apreciarmos o mais rápido possível esse projeto aqui, podem vencer e nós teríamos que requisitar novas certidões, o que atrasaria, e muito, esse projeto. Por ser um projeto apenas de garantia do Governo do Distrito Federal a recursos advindos de dois bancos oficiais, este Deputado se manifesta favoravelmente que nós votemos ainda hoje o projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Solicito ao Relator, Deputado Robério Negreiros, que emita parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo sobre a matéria.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Tendo em vista que eu assumi o compromisso no Colégio de Líderes como Vice-Líder, substituindo o Líder, vou proferir o voto pela Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo ao Projeto de Lei nº 1.917, de 2014, de autoria do Poder Executivo, que "autoriza o Poder Executivo a prestar garantia para operações de crédito interno a serem realizadas pela CEB Distribuição S/A junto à Caixa Econômica Federal e ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e dá outras providências".

No âmbito da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, o meu voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.917, de 2014.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 Deputados.

Solicito ao Vice-Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, Deputado Dr. Michel, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 05 2014	15h40	42ª SESSÃO ORDINÁRIA	36

DEPUTADO DR. MICHEL – Sr. Presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Solicito ao Relator, Deputado Dr. Michel, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO DR. MICHEL (PP. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 1.917, de 2014, de autoria do Poder Executivo, que "autoriza o Poder Executivo a prestar garantia para operações de crédito interno a serem realizadas pela CEB Distribuição S/A junto à Caixa Econômica Federal e ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e dá outras providências".

No âmbito da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, do ponto de vista financeiro e orçamentário, o Projeto de Lei nº 1.917, de 2014, é admissível, pois respeita o artigo 40, § 1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal, assim como o artigo 18, inciso I, da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, em relação às necessidades de celebração de contrato e contragarantia do Governo do Distrito Federal com a CEB Distribuição S/A, nos termos do artigo 3º do projeto.

Ante o exposto, voto pela admissibilidade e aprovação do Projeto de Lei nº 1.917, de 2014, no âmbito da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, na forma de sua redação original.

Este é o voto do Relator, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 Deputados.

Solicito ao Vice-Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Robério Negreiros, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sr. Presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Solicito ao Relator, Deputado Robério Negreiros, que emita parecer pela Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 1.917, de 2014, do Poder Executivo, que "autoriza o Poder Executivo a prestar garantia para operações de crédito interno a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 05 2014	15h40	42ª SESSÃO ORDINÁRIA	37

serem realizadas pela CEB Distribuição S/A junto à Caixa Econômica Federal e ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e dá outras providências”.

Apesar do pouco tempo, devido à urgência e ao compromisso que foi feito no Colégio de Líderes, de igual modo – assim como tive a oportunidade de relatar o projeto também na Comissão de Desenvolvimento Econômico –, como não há nenhuma afronta à Constituição Federal e a Lei Orgânica do Distrito Federal, o meu voto é pela admissibilidade.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 1.917, de 2014.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputada Arlete Sampaio, eu acho importante falar a respeito desse projeto pela importância estratégica que ele tem. Ele atende a populações das mais variadas regiões do Distrito Federal. Atende, Deputado Wellington Luiz, à população do Lago Sul – cerca de 22 mil pessoas –, mas atende também à população de Taguatinga Norte – a CEB está no limite do fornecimento de energia para aquela população de Taguatinga Norte. Falou-se aqui da questão de estarmos aprovando obras que já estão prontas. Na verdade, o que está pronto – a hípica, que será inaugurada amanhã, Deputado Robério Negreiros – entra como garantia do empréstimo que está sendo feito. O GDF se antecipou e garante a contrapartida. Todos nós aqui conhecemos a direção da CEB e sabemos da seriedade com que o Presidente da CEB, a exemplo do que fez o Presidente da Caesb – são homens em quem a gente confia –, tocam a coisa pública nessas duas empresas.

Esse é um projeto, Deputado Wellington Luiz, que nós estamos votando às claras. Todos nós Parlamentares lemos o projeto de ponta a ponta. Não há nada a ser reparado nesse projeto, Deputado Cristiano Araújo. Todos nós lemos o projeto de ponta a ponta, e é por isso que vamos dar o voto favorável a ele: pela importância estratégica que ele tem, de fortalecimento do fornecimento da energia no Distrito Federal. Eu sei o que é ficar sem energia. Eu moro no Setor P Sul, na QNP 18, e sei que, toda vez que São Pedro começava a arrumar as suas cumbrucas lá em cima para chover, já estava faltando energia em nossa quadra. Agora, com a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 05 2014	15h40	42ª SESSÃO ORDINÁRIA	38

recuperação da CEB, que aconteceu, felizmente não temos mais queda de energia lá na nossa região.

Portanto, eu quero dizer que votarei com prazer nesse projeto, pela confiança que tenho na direção da CEB.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputado Chico Vigilante.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas reforço tudo o que foi dito pelo Deputado Chico Vigilante. Sob a orientação do nosso vice-governador, o PMDB vai votar pela aprovação desse projeto, reconhecendo o empenho de toda a direção da CEB. Está de parabéns o Presidente Rubem Fonseca, aqui presente, pela forma como está conduzindo a Companhia de Eletricidade de Brasília. É necessário que façamos aqui a nossa parte para que ele possa fazer bem a parte dele, que é atender da melhor forma possível à sociedade de Brasília.

Muito obrigado.

Parabéns, Presidente. Conte com o PMDB.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Continua em discussão.
(Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 16 Deputados.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 93, de 2014, de autoria do Poder Executivo, que "desafeta, afeta e altera a destinação de áreas públicas e dá outras providências".

Aprovados pareceres favoráveis na Comissão de Assuntos Fundiários e na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. A Comissão de Constituição e Justiça deverá se manifestar sobre o projeto.

Solicito ao Relator, Deputado Chico Leite, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria. (Pausa.)

O Deputado Chico Leite não está presente.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 05 2014	15h40	42ª SESSÃO ORDINÁRIA	39

Solicito ao Vice-Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Robério Negreiros, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sr. Presidente, designo o Deputado Cláudio Abrantes.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Solicito ao Relator, Deputado Cláudio Abrantes, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

Quero informar aos senhores que esse projeto é o de interesse das pessoas da galeria que estão acompanhando a sessão. Este é o momento em que essa matéria será apreciada no plenário desta Casa em primeiro turno. (Palmas.)

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei Complementar nº 93, de 2014, de autoria do Poder Executivo, que "desafeta, afeta e altera a destinação de áreas públicas e dá outras providências".

Sr. Presidente, nós descrevemos no nosso voto a competência da Comissão de Constituição e Justiça com base no Regimento Interno no tocante à questão da admissibilidade, observando os aspectos de constitucionalidade, legalidade, redação, regimentalidade e técnica legislativa. A matéria tem consonância com a Constituição Federal, nos termos do art. 24, I, e art. 30.

A política urbana tem por objetivo o teor do disposto no art. 2º da Lei 10.257, de 2001, o Estatuto da Cidade, também observado no projeto de lei.

Quanto à legislação local, a matéria está devidamente disciplinada no art. 51 da Lei Orgânica, além do art. 56 do Ato das Disposições Transitórias – nós transcrevemos isso no nosso parecer. As condições definidas na Lei Orgânica do Distrito Federal são postas no nosso relatório.

A proposição veio encaminhada pelo Chefe do Poder Executivo e materializada em projeto de lei complementar. Ela se reveste de grande interesse público, visto que trata da questão da regularização fundiária, tendo como consequência a redução da informalidade e a promoção da ordem urbanística, que foi devidamente acolhida nos PDLs das Regiões Administrativas de Ceilândia, Sobradinho, Taguatinga e Gama, aprovados respectivamente pela Lei Complementar nº 314, de 2000; pela Lei Complementar nº 56, de 1997; pela Lei Complementar nº 90, de 1998; e pela Lei Complementar nº 728, de 2006, as quais também transcrevemos.

O projeto mostra-se em consonância, sobretudo, com o Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT, aprovado pela Lei Complementar nº 803, de 2009, visto que prestigia a valorização da ordem urbanística como função pública, promovendo a integração dos assentamentos informais passíveis de regularização.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 05 2014	15h40	42ª SESSÃO ORDINÁRIA	40

É importante pontuar que a matéria – desafetação de área pública e fixação de índices urbanísticos –, não está inserida no rol daquelas que serão submetidas previamente à aprovação do Conselho de Planejamento – CONPLAN, na forma do disposto no art. 219, I a IV; 108, § 1º; 111, § 1º; 113, § 1º; 116; 139, § 1º do PDOT. Entretanto, informações complementares prestadas pela Coordenadoria de Assuntos Legislativos demonstram que o conselho aprovou o conjunto da proposta.

Por outro lado, não foram encontrados nos anexos ter havido qualquer menção na mensagem aos estudos técnicos que avaliassem o impacto de alteração, aprovados pelo órgão competente do DF. A mensagem, do mesmo modo, limita-se a afirmar que houve audiências públicas entre os meses de dezembro de 2013 e janeiro de 2014.

Nesse sentido, encaminhamos consulta à Coordenadoria, por meio do memorando nº 015/2014. Em resposta, consoante ofício nº 4.631/2014, o coordenador-chefe encaminhou cópia dos estudos urbanísticos, acompanhados de convocações para realização de audiências públicas em todos os lugares: Ceilândia, Gama, Sobradinho II, Recanto das Emas, Ceilândia, todos citados e acompanhados dos estudos técnicos e da convocação da audiência pública.

No seu turno, a Emenda Modificativa nº 1 da CAF, do Deputado Wasny de Roure, trata de alteração das poligonais da ARIE JK para retirada de ocupações, utilizadas para fins de moradia, que se encontram no interior da unidade.

É importante esclarecer que o Projeto de Lei Complementar nº 85, de 2014, em tramitação na Casa, dispõe exatamente sobre a mesma matéria objeto da emenda.

Na tramitação do PLC 85, de 2014, consta a propositura da Emenda Modificativa nº 1 – CAF, também sob análise da CCJ. Tal emenda recebeu parecer pela aprovação na CAF, segundo dados constantes no Legis.

Portanto, com fulcro no art. 130, V, alínea “c”, a Emenda Modificativa nº 1 da CAF guarda coerência, de fato, com o PLC 85, de 2014.

Isso posto, considerando que o Projeto de Lei Complementar nº 93, de 2014, se alinha à Carta da República, à Lei Maior do Distrito Federal, Lei Orgânica, bem como ao Plano Diretor de Ordenamento Territorial e aos Planos Diretores Locais, nosso voto é pela admissibilidade. Quanto à Emenda Modificativa nº 1 da CAF, concluímos pela sua inadmissibilidade em face da disposição regimental mencionada.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 05 2014	15h40	42ª SESSÃO ORDINÁRIA	41

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer sobre o projeto e as emendas está aprovado com a presença de 16 Deputados.

DEPUTADO DR. MICHEL – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DR. MICHEL (PP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero agradecer a V.Exa. por ter colocado o PL nº 93 em pauta, cujo relatório foi lido agora pela CCJ. Essa é uma luta que V.Exa. também vem travando e não é de hoje. Eu sei das necessidades que esse povo tem, principalmente os que estão em ponta de quadra. O pessoal de Sobradinho II sofre com essa situação, bem como toda Brasília, e nós nesta Casa não poderíamos, neste momento, deixar de dar uma resposta plausível a esse povo, que a partir dessa lei poderá ter os seus lotes regularizados.

Portanto, agradeço a V.Exa. e ao Governador Agnelo por ter enviado esse projeto de lei, já que há mais de vinte anos esse povo vem sofrendo e agora terão a regularização dessa área.

Então, quero parabenizar essa galeria que está cheia neste momento e dizer a vocês que este é o reconhecimento que lhes damos pelo que vocês fizeram quando fomos atrás do voto.

Meus parabéns!

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputado.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei Complementar nº 93, de 2014.

Passo a Presidência ao Deputado Agaciel Maia para poder discutir a matéria.

(Assume a Presidência o Deputado Agaciel Maia.)

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure para discutir a matéria.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero cumprimentar todas as lideranças de Taguatinga, Ceilândia, Recanto das Emas.

Sr. Presidente, este é um projeto de lei complementar, e depois nós teremos uma outra oportunidade, o nº 85. Inclusive, tenho registrado, Deputado Dr. Michel, em alguns locais em que tenho participado do debate, o empenho de V.Exa. em plenário ressaltando a necessidade da apreciação urgente da matéria. Eu quero cumprimentar também o Deputado Cristiano Araújo, que debateu esse assunto,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 05 2014	15h40	42ª SESSÃO ORDINÁRIA	42

dedicou-se, dialogou com vários setores, uma vez que a matéria, Deputado Agaciel Maia, se reveste de várias particularidades.

São áreas intersticiais das cidades de Brazlândia, Gama, Ceilândia. Há também em Taguatinga várias pontas de quadras, QSC, QNJ, que estão sendo apreciadas. Há o caso da Quadra 406, Deputado Rôney Nemer – que o conhece perfeitamente e ajudou nesse processo, quero registrar isso –, do Recanto das Emas, onde esse trabalho foi liderado pela Bia, que é uma companheira simples, batalhadora, que sensibilizou o governo com o apoio do Stênio, que foi o nosso administrador na cidade do Recanto das Emas.

Mas eu quero agradecer, sobretudo, ao Secretário Geraldo Magela, Deputado Washington Mesquita. Quero também agradecer ao Governador Agnelo Queiroz. Essa matéria é de extrema importância porque aponta um horizonte necessário ao equacionamento de regularização fundiária. Aquilo que foi tão esperado na Luos acontece nesse projeto, só que a Luos deveria incorporar outros setores que estão inteiramente à margem do processo efetivo de regularização.

Mas quero cumprimentar também a Líder do Governo, Deputada Arlete Sampaio, que, sensibilizada pela importância desse projeto, se empenhou no Colégio de Líderes para convencer todos os Deputados. Quero cumprimentar o Deputado Agaciel Maia, que esteve presente, o Deputado Chico Vigilante, também como Líder, o Deputado Robério Negreiros, que como Líder esteve lá, debateu esse projeto, e houve concordância na apreciação dessa matéria. Quero aqui agradecer também ao Deputado Chico Vigilante, que pela bancada do PT se empenhou no Colégio de Líderes para que a matéria viesse nesta tarde à apreciação do plenário.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Washington Mesquita.

DEPUTADO WASHINGTON MESQUITA (PTB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu, como morador de Taguatinga e Parlamentar eleito com um percentual muito grande de votos dessa cidade, estou lá há quase trinta anos, não poderia ficar de fora dessa discussão.

Como bem colocou o Deputado Wasny, e creio que é o entendimento desta Casa, já passou da hora da regularização das pontas de quadra de Taguatinga. Para o que servia esse espaço? Esse espaço simplesmente era ocupado por traficantes, por meliantes, na maioria das vezes era local de entulho, criação de escorpião e outras coisas mais. E hoje há pais de família, contribuintes, cidadãos morando nele.

Então, entendo que o governo está preocupado com a causa social, com a causa da moradia e, principalmente, com um direito dos moradores de Taguatinga, das pessoas que já ocupam esse espaço. Chegou a hora de esta Casa dar uma resposta. Eu tenho certeza de que esta Casa não faltará a isso.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 05 2014	15h40	42ª SESSÃO ORDINÁRIA	43

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Antes de devolver a Presidência ao Deputado Wasny de Roure, quero enaltecê-lo. Por isso, Deputado Wasny de Roure, V.Exa. é considerado um dos melhores Deputados, tanto em dinamismo quanto em qualidade e competência.

Essa iniciativa, junto com os demais colegas – Deputado Cristiano Araújo, Deputada Arlete Sampaio, Deputado Chico Vigilante, Deputado Olair Francisco, Deputado Washington Mesquita, Deputado Wellington Luiz, Deputado Rôney Nemer, Deputado Benedito Domingos, Deputado Cláudio Abrantes, Deputado Robério Negreiros – e com a participação simples deste Deputado Agaciel Maia, apenas no acordo de liderança para que a matéria fosse votada, eu quero, em nome do Deputado Wasny de Roure, pela grandeza, pela competência, pela sua qualidade, enaltecê-lo por essa iniciativa.

(Assume a Presidência o Deputado Wasny de Roure.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Rôney Nemer.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, cumprimento V.Exa. pela determinação na solução desse problema. Eu sei do seu trabalho há muitos anos, não só no Recanto das Emas, mas também em todas as cidades do Distrito Federal, tentando levar dignidade àquelas pessoas que, por não terem sido contempladas na questão de moradias, viram-se na situação de ocupar áreas livres nas cidades. Como há aqui várias cidades, eu quero dizer a vocês que esse projeto resgata a cidadania de todas as senhores e os senhores. Parabênzo todos os Deputados que trabalharam nessa causa.

Eu quero falar que, domingo, fui ao Areal, na QS 11, mais precisamente. Há quatorze anos, seis conjuntos estão na mesma situação que estava a 406, que estava aquela área nas 500, e as outras áreas em Sobradinho e Taguatinga. Faço um apelo a V.Exa. para que pudéssemos votar em primeiro turno e fazermos uma emenda no segundo turno, incluindo as áreas de ponta de quadra do Areal nesse projeto, pois elas não foram contempladas. Eu não sabia da demanda deles. Eles me procuraram no domingo.

Faço esse apelo a V.Exa. para, como o projeto está defendendo o Distrito Federal todo, não esquecermos das pessoas do Areal, que passam por esse mesmo problema. Eu estive hoje na Codhab para tentar ajudá-los. O projeto está lá há quatorze anos, e até hoje ninguém deu uma solução para eles.

Eu queria parabenizar a todos. Essa vitória é da unidade, da determinação e da luta de vocês. Espero que, com a aprovação desse projeto aqui, o governo possa, o mais rápido possível, dar um documento que os ampare e vocês possam ser respeitados na CEB, na Caesb, na hora de pedirem a ligação do serviço público.

Parabéns pela unidade, parabéns a todos vocês pela luta!



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 05 2014	15h40	42ª SESSÃO ORDINÁRIA	44

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Deputado Rôney Nemer, peço a V.Exa. que dialogue com o Secretário Willemann. Nós temos o Projeto de Lei Complementar nº 85, de 2014, que é bastante semelhante e pode perfeitamente acomodar a emenda com relação à área do Areal.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Cristiano Araújo.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero usar este tempo que V.Exa. me concede e parabenizar todos os moradores de pontas de quadra de Taguatinga, do Recanto das Emas, da Ceilândia.

O projeto foi aprovado na Comissão de Assuntos Fundiários, e eu quero dizer que, com muito prazer, pude ser o relator do projeto. O projeto, naturalmente, não nasce aqui na Câmara. É uma luta antiga de todos vocês, e eu entendo que uma das bandeiras principais para as pessoas, para os cidadãos é terem o privilégio de ter a escritura de sua moradia e seu emprego. Então, assim que o projeto chegou à Comissão de Assuntos Fundiários, nós logo o colocamos na pauta e fizemos a votação, porque certamente a escritura é uma reivindicação justa.

Hoje vocês vão para casa tranquilos, com o coração aliviado, pois vão ter a escritura de vocês.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 05 2014	15h40	42ª SESSÃO ORDINÁRIA	45



REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL

VOTAÇÃO EM: 1º TURNO 2º TURNO TURNO ÚNICO

REDAÇÃO FINAL APRECIADA EM _____

PARECER: ORAL REJEIÇÃO PROJETO FAVORÁVEL PROJETO COM EMENDA(S) ANEXO

COMISSÕES: CCJ CEOP CAS CDDHCEDP CAF CDC CSEG CESC

CDESCMAT MESA DIRETORA COMISSÃO ESPECIAL CFGTC

PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S): _____

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S): 93/2014

PROJETO DE LEI Nº(S): _____

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S): _____

REQUERIMENTO, RECURSO, PROCESSO Nº(S): _____

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S): _____

VOTO EM SEPARADO DEPUTADO: _____ FAVORÁVEL CONTRÁRIO

AUTORIA: DEPUTADO _____ Poder Executivo

RELATORIA: DEPUTADO _____

DEPUTADO(A)	PARTIDO	SIM	NÃO	AUS	ABST	OBS	DV
AGACIEL MAIA	PTC	X					
ALÍRIO NETO	PEN			X			
ARLETE SAMPAIO	PT	X					
AYLTON GOMES	PR			X			
BENEDITO DOMINGOS	PP	X					
CELINA LEÃO	PDT			X			
CHICO LEITE	PT			X			
CHICO VIGILANTE	PT	X					
CLÁUDIO ABRANTES	PT	X					
CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X					
DR. MICHEL	PP			X			
ELIANA PEDROSA	PPS			X			
EVANDRO GARLA	PRB	X					
JOE VALLE	PDT	X					
LILIANE RORIZ	PRTB			X			
OLAIR FRANCISCO	PTdoB	X					
PATRÍCIO	PT			X			
PAULO RORIZ	PP			X			
PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PV	X					
ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB	X					
RÔNEY NEMER	PMDB	X					
WASHINGTON MESQUITA	PTB	X					
WELLINGTON LUIZ	PMDB	X					
WASNY DE ROURE	PT	X					
T O T A L		15	9				

SECRETÁRIO DA SESSÃO
(DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 05 2014	15h40	42ª SESSÃO ORDINÁRIA	46

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 15 votos favoráveis. Houve 9 ausências.

Está aprovado.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 86, de 2014, de autoria do Poder Executivo, que "modifica o parcelamento do Lote 2 da Quadra 805 do Setor de Habitações Coletivas e Econômicas Sul – SHCES, para criação dos Lotes 2A, 2B e 2C e respectivos parâmetros urbanísticos, criação de praça e de via pública, na Região Administrativa do Cruzeiro – RA XI, e dá outras providências".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o projeto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 05 2014	15h40	42ª SESSÃO ORDINÁRIA	47



REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL

VOTAÇÃO EM: 1º TURNO 2º TURNO TURNO ÚNICO

REDAÇÃO FINAL APRECIADA EM

- PARECER: ORAL REJEIÇÃO PROJETO FAVORÁVEL PROJETO COM EMENDA(S) ANEXO
- COMISSÕES: CCJ CEOF CAS CDDHCEDP CAF CDC CSEG CESC
- CDESCTMAT MESA DIRETORA COMISSÃO ESPECIAL CFGTC
- PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S): _____
- PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S): 86/2014
- PROJETO DE LEI Nº(S): _____
- PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S): _____
- REQUERIMENTO, RECURSO, PROCESSO Nº(S): _____
- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S): _____
- VOTO EM SEPARADO DEPUTADO: _____ FAVORÁVEL CONTRÁRIO
- AUTORIA: DEPUTADO _____ Poder Executivo
- RELATORIA: DEPUTADO _____

DEPUTADO(A)	PARTIDO	SIM	NÃO	AUS	ABST	OBS	DV
AGACIEL MAIA	PTC			X			
ALÍRIO NETO	PEN			X			
ARLETE SAMPAIO	PT	X					
AYLTON GOMES	PR			X			
BENEDITO DOMINGOS	PP	X					
CELINA LEÃO	PDT			X			
CHICO LEITE	PT			X			
CHICO VIGILANTE	PT	X					
CLÁUDIO ABRANTES	PT	X					
CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X					
DR. MICHEL	PP	X					
ELIANA PEDROSA	PPS			X			
EVANDRO GARLA	PRB	X					
JOE VALLE	PDT	X					
LILIANE RORIZ	PRTB			X			
OLAIR FRANCISCO	PTdoB			X			
PATRÍCIO	PT			X			
PAULO RORIZ	PP			X			
PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PV			X			
ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB	X					
RÔNEY NEMER	PMDB	X					
WASHINGTON MESQUITA	PTB	X					
WELLINGTON LUIZ	PMDB	X					
WASNY DE ROURE	PT	X					
T O T A L		13		11			

SECRETÁRIO DA SESSÃO
(DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 05 2014	15h40	42ª SESSÃO ORDINÁRIA	48

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Solicito aos Parlamentares que estão no *hall* de entrada que venham até o plenário. Caso contrário, não haverá *quorum*.

Lembro a todos os colegas Parlamentares que se encontram no *hall* de entrada que não temos *quorum* para deliberação. Portanto, não temos como concluir a votação do projeto da CEB nem de outro qualquer. A sessão será encerrada se os Parlamentares não retornarem ao plenário.

Deputado Rôney Nemer, de ausente para “sim”.

A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 13 votos favoráveis. Houve 11 ausências.

Está aprovado.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 87, de 2014, de autoria do Poder Executivo, que "altera o uso e os parâmetros de ocupação do solo da Área Especial Norte nº 9a, da Região Administrativa de Planaltina – RA VI".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 05 2014	15h40	42ª SESSÃO ORDINÁRIA	49



REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL

VOTAÇÃO EM: 1º TURNO 2º TURNO TURNO ÚNICO

REDAÇÃO FINAL APRECIADA EM

- PARECER: ORAL REJEIÇÃO PROJETO FAVORÁVEL PROJETO COM EMENDA(S) ANEXO
- COMISSÕES: CC CEOF CAS CODHCEDP CAF CDC CSEG CESC
- CDESCMAT MESA DIRETORA COMISSÃO ESPECIAL CFGTC
- PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S):
- PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S): 87/2014
- PROJETO DE LEI Nº(S):
- PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S):
- REQUERIMENTO, RECURSO, PROCESSO Nº(S):
- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S):
- VOTO EM SEPARADO DEPUTADO: FAVORÁVEL CONTRÁRIO
- AUTORIA: DEPUTADO Poder Executivo
- RELATORIA: DEPUTADO

DEPUTADO(A)	PARTIDO	SIM	NÃO	AUS	ABST	OBS	DV
AGACIEL MAIA	PTC	X					
ALÍRIO NETO	PEN			X			
ARLETE SAMPAIO	PT	X					
AYLTON GOMES	PR			X			
BENEDITO DOMINGOS	PP	X					
CELINA LEÃO	PDT			X			
CHICO LEITE	PT			X			
CHICO VIGILANTE	PT	X					
CLÁUDIO ABRANTES	PT	X					
CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X					
DR. MICHEL	PP	X					
ELIANA PEDROSA	PPS			X			
EVANDRO GARLA	PRB	X					
JOE VALLE	PDT	X					
LILIANE RORIZ	PRTB			X			
OLAIR FRANCISCO	PTdoB			X			
PATRÍCIO	PT			X			
PAULO RORIZ	PP			X			
PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PV			X			
ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB	X					
RÓNEY NEMER	PMDB	X					
WASHINGTON MESQUITA	PTB	X					
WELLINGTON LUIZ	PMDB	X					
WASNY DE ROURE	PT	X					
T O T A L		14		10			

SECRETÁRIO DA SESSÃO
(DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 05 2014	15h40	42ª SESSÃO ORDINÁRIA	50

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 13 votos favoráveis. Houve 11 ausências.

Está aprovado.

A matéria segue a tramitação regimental.

Nada mais havendo a tratar, esta Presidência vai encerrar os trabalhos, convocando sessão extraordinária, a realizar-se imediatamente após esta, para apreciação, em segundo turno, dos seguintes projetos: Projeto de Lei nº 1.917, de 2014; Projeto de Lei Complementar nº 93, de 2014; Projeto de Lei Complementar nº 86, de 2014; e Projeto de Lei Complementar nº 87, de 2014.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18hs5min.)